

Folha Socialista

Diretores responsáveis:
Antônio Cândido e
Arnaldo Pedroso d'Horta
Gerente:
Fébus Gikovate

ANO I - 12 de Maio de 1948 - N.º 7

EDITADO PELA COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO DO
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Redação:
Praça do Sé, 237 - 2.º and.
Telefone 3-2520
SÃO PAULO — BRASIL

FORÇAS CONSERVADORAS CONTRA FORÇAS DEMAGÓGICAS

A situação política em S. Paulo analisada pela Comissão Estadual do P.S.B. — O Socialismo Democrático é anti-golpista, anti-opportunista e adversário implacável das manobras reacionárias

Reunida em Bauré, dias 17 e 18 de abril último, a C.E. do Partido Socialista Brasileiro aprovou a seguinte resolução sobre a situação política no Estado de S. Paulo.

"A presente conjuntura política no Estado de São Paulo serve, a nossos, para analisarmos os métodos de raciocínio imperantes na burguesia. Tanto os partidários do Governador, quanto seus adversários, explicam o desenrolar dos acontecimentos por meio de entidades abstratas ou qualidades pessoais. Assim, trata-se da Honestidade contra a Corrupção, da Tradição contra o Progresso, ou de Fulano contra Beltrano. Como sempre, a burguesia recusa considerar os fatores profundos da história, porque a sua justifi-

cativa de sobreviver reside, justamente, no esquecimento desses fatores que a condenam e lhe marcam o prazo definitivo. Toda a agitação dos partidos burgueses reouva sobre esta orientação, graças à qual é possível afirmar que a marcha dos fenômenos históricos depende das mudanças de pessoas. E o que desejam esses partidos é uma espécie de quadrilha política, em que os lugares fossem trocados ao sabor das conveniências partidárias.

O PSB, como partido popular que luta pela superação da ordem capitalista, em vez de procurar compreender os acontecimentos através dos nomes em foco, considera-os mera expressão de fatores econômico-sociais que, estes sim, devem ser abordados a fim de orientarmos segundo

eles a nossa conduta política. Os socialistas não temem a análise em profundidade, porque nela é que vão buscar as suas diretrizes. E da mesma maneira por que esta análise condena a burguesia e seus processos, ela justifica a nossa atividade e assegura a objetividade histórica dos nossos pontos de vista.

—(o)—

O presente conflito travado no Estado de São Paulo em torno da intervenção federal, pode ser definido, em resumo, como luta das forças conservadoras contra as forças demagógicas, ambas reacionárias. Embora os acordos parciais misturam hoje os adversários de ontem e separem amanhã os amigos de hoje, é fácil ver que as forças conservadoras são representadas principalmente pelo PSD, C. N. e U. U. U., que, em grau maior ou menor, representam a tradição política da burguesia brasileira, baseada na mecânica das combinações de estados, chefes e chefetes. Esta tradição havia conseguido estabelecer uma rotina eleitoral em benefício próprio — rotina de que eram excluídos as massas, pelo analfabetismo, e que se nutria principalmente do voto acaudilhado. O caboclo opaniguado, o homem comum das cidades do interior, mesmo o pequeno burguês dos capitais não podiam praticamente pretender a qualquer espécie de iniciativa política, num regime em que os favores e a própria tranquilidade privada dependiam da boa vontade do chefe local ou regional. Mantive-se longamente no Estado de S. Paulo — e na maior parte do país se mantém até agora — uma espécie de sobrevivência do regime patriarcal, em que o chefe decide por todos, remunerando ou punindo, em seguida, a fidelidade ou a defeção de cada um.

Esta política exprime a estrutura econômico-social do estado e do país. No interior, uma rede de fazendeiros com hegemonia indiscutível na produção; nos capitais, um bloco de comerciantes e banqueiros que, a partir da queda do Império, foram progressivamente se erguendo em cabeça da vida econômica, e dos quais dependeram cada vez mais os fazendeiros para custeio de sua empresa e distribuição do seu produto. Nos últimos tempos da República Velha, o mandado local — que no tempo do Império fazia política para si e para a sua classe — não passava, na verdade, de mandatário de interesses comerciais e bancários. A sua supremacia era fictícia, baseada que estava na política artificialmente protetora dos governos. Mas os fazendeiros e os comerciantes não concebiam nem podiam conceber outra forma de política que não fosse

(Continua na pag. 6)

Petróleo, Reforma Agrária, Lei Sindical

e outros problemas estudados pela
Comissão Nacional do P. S. B.

Esteve reunida em três sessões consecutivas, nos dias 30 e 31 de março findo, a Comissão Nacional do Partido Socialista, sob a presidência do deputado João Mangabeira e tendo como secretários o deputado Domingos Velasco e o professor Bayard Boiteux. Além desses companheiros participaram dos trabalhos os demais membros da Comissão Nacional: Deputado Hermes Lima, vereador Osório Borba, cel. Felipe Moreira Lima, João Pedreira Filho, Emil Farhat, professor Dante Costa, Rubem Brago, Elpidio Pessanha, Pergentino Alves, Eliezer Magalhães, Walter Peixoto, Hermanno Requião, professor Castro Rabelo, presidente da Seção do Distrito Federal, deputado Orlando Dantas, presidente da Seção de Sergipe, e Plínio Melo, representante da Seção de São Paulo.

Foram tratados os problemas nacionais mais importantes, estabelecendo-se a orientação do Partido em face deles, e também várias questões de organização partidária. Das resoluções adotadas damos abaixo ligeira notícia.

Convenção do Estado do Rio — Tendo expirado o mandato da Comissão Estadual do Estado do Rio em 1.º de maio, o Poder Judiciário, por meio de novos organismos dirigentes, a C. N. incumbiu de fazer essa convocação uma comissão composta dos companheiros Lúcia Costa, Antônio José Schuller e Márcio Vasconcelos Dantas Costa. A Convenção estadual deverá ser convocada, de acordo com a resolução da C. N., para um dos últimos dias do mês corrente.

Vagas na C. N. — Tendo-se licenciado da Comissão Nacional o companheiro Aécio Marinho Rego, foi convocada para substituí-lo, tendo participado da reunião, o companheiro Hermanno Requião, o conhecido jornalista, secretário do "Diário de Notícias" e suplente de vereador. Para preencher o cargo de secretário, que vinha sendo exercido pelo licenciado, o presidente designou, na forma estatutária, um dos membros da C. N.

O companheiro Walter Peixoto renunciou ao seu cargo de membro da Comissão Nacional de Notícias e de suplente de vereador no partido, de que foi um dos fundadores. Para substituí-lo será convocado o suplente, advogado Carlos Porto.

Contas da tesouraria — O tesoureiro da C. N., companheiro Elpidio Pessanha, prestou contas do exercício, com uma exposição minuciosa da situação financeira.

Admissão de novos militantes — Estudando as perspectivas da organização partidária, a C. N. adotou várias medidas. Entre elas a de, reconsiderando decisão anterior, tomada em solução de uma consulta da Comissão do Distrito Federal, determinar a este que na admissão de membros propostos para o partido limite as exigências ao que consignam os Estatutos.

Admissão de analfabetos — Outra deliberação provocada por uma consulta da Comissão do Distrito Federal, transmitida pelo Secretário Geral, Cel. Osório Borba, foi a de permitir a inscrição de analfabetos no Partido, inclusive por uma questão de coerência com o programa partidário, que reivindica o direito de voto para os analfabetos.

O Partido e questão do petróleo — Um dos problemas mais detidamente estudados na reunião do C. N. foi a questão, vital para o Brasil, da exploração do nosso petróleo. O deputado Hermes Lima fez uma longa exposição do assunto, salientando o que significa para a nossa emancipação econômica e para o resguardo da nossa soberania a fundação da lavra e indústria do ouro negro pelos próprios brasileiros. Criticou severamente, como já o fizera

em dois discursos na Câmara Federal, o relatório e o ante-projeto enviados ao Congresso pelo Executivo, mostrando o erro funesto e o verdadeiro crime que será abrimos qualquer brecha ao capitalismo internacional mediante concessões aos trustes petrolíferos, conforme o plano governamental.

Participaram do debate os companheiros Orlando Dantas, Velasco, Mangabeira, Plínio Melo e outros.

Resolveu a Comissão que o Partido, pelo seu bancado na Câmara Federal, combata intransigentemente o projeto, defendendo a solução do monopólio estatal. Deliberou ainda recomendar a todas as seções estaduais e a todos os representantes socialistas nas Câmaras estaduais e municípios de todo país que agitem por todos os meios possíveis o problema, dando assim a máxima colaboração à campanha nacional contra qualquer forma de entrega de concessões aos monopólios internacionais do petróleo.

Contra o aval do empréstimo da Light — O deputado Hermes Lima provocou o pronunciamento do C. N. sobre o projeto que autoriza o governo a avalar um empréstimo de noventa milhões de dólares (um milhão e oitocentos mil contos) à Light, por conta do crédito de que o Brasil dispõe de acordo com o plano de "Empréstimo e Arrendamento". Mostrou, apoiado pelos demais deputados do P.S.B. o absurdo que será utilizar o Brasil suas possibilidades de crédito no exterior para endossar um gigantesco empréstimo para a empresa canadense que, no Brasil, não emprega nem produz e emprega propriamente para liquidar anualmente imensos lucros para o exterior, explorando extensivamente os serviços de luz, energia, telefones, etc. E isto quando o governo alega não poder levantar um bilhão de cruzeiros (ou muito menos de que isso) para a exploração do nosso petróleo. Ficou deliberado que a bancada socialista examinará na Câmara o assunto com o maior rigor e combaterá o imperialístico projeto governamental.

O escândalo SESI - SESC — A Comissão tratou do escândalo da aplicação desvirtuada dos fundos do SESI e do SESC, conforme a denúncia sensacional do diretor do "Diário de Notícias", sr. Orlando Ribeiro Dantas, a quem a Comissão Executiva já enviara uma mensagem de aplausos à sua iniciativa.

O Deputado Hermes Lima se ocupará do caso na Câmara, mostrando o que significam aquelas organizações e os seus fundos, arrancados dos industriais e comerciantes de todo o país — em última análise, da economia do povo — para servirem, nas mãos de grupos plutocráticos, como uma arma terrível de domínio político e de corrupção dos meios de difusão e propagação, a serviço dos interesses egoísticos desses grupos capitalistas, repetindo um do fenômenos mais nefastos da política dos Estados Unidos.

Leis Agrária e Sindical — O deputado João Mangabeira expôs o andamento, na Câmara, do projeto de sua autoria e que está provocando amplo debate em todos os círculos interessados, como nos meios jurídicos e administrativos. O companheiro presidente é também o relator da reforma agrária, a cuja comissão especial da Câmara preside.

O deputado Mangabeira, com o apoio da Comissão, resolveu recomendar a todas as direções regionais do Partido que promovam estudos minuciosos

(Continua na pag. 3)

1.º DE MAIO

Este Primeiro de Maio de 1948 merecia, no Brasil como nos demais países, uma comemoração mais viva que a dos anos anteriores. Na verdade, o ano de 1948 assinala o decurso de um século dos primeiros acontecimentos históricos importantes, em que o proletariado atuou com posição própria, como classe independente, diferenciada da burguesia liberal e da pequena burguesia: as revoluções de 1848, na França e na Alemanha.

Mas o primeiro de Maio transcorreu no Brasil sem comemorações operárias. No Rio, apenas o governo promoveu um pequeno carnaval chocho e apagado, pálida imitação das "comemorações" getulianas, dos tempos de apogeu do fascismo caboclo. Quisquer outras manifestações — as únicas legítimas, aquelas que deveriam partir de sindicatos livres e outras agremiações operárias independentes — foram proibidas pela polícia. Para justificar a proibição logo se inventou um terrível plano subversivo dos comunistas, que deveria ser executado no Dia do Trabalho. E, com isso, assistimos a mais um episódio desse drama político que vive o nosso país, de marcha para uma ditadura declarada de grandes capitalistas e fazendeiros — e que nem sequer são capazes de impulsionar o progresso material do país, — sobre um povo reduzido a um estado de miserabilidade extrema.

Neste Primeiro de Maio, o que podemos esperar é que o operariado do Brasil, proibido de sair a rua, em atos de comemoração e confraternização, e sob a evocação dessa data comemorativa de lutas gloriosas do proletariado, tenha meditado com serenidade sobre os sucessos dos últimos tempos. O operariado não chegou, até agora, a gozar dos direitos democráticos assegurados — apenas no papel — na Constituição que se fez após a queda da ditadura. Não chegou a ter independência nas suas lutas e impôs suas reivindicações mais sentidas. Serviu quase que somente de instrumento para manobras políticas de caudilhos e partidos de falsa orientação proletária — mais interessados em gastar as energias do proletariado em rápidos golpes para a conquista do poder político, do que em consolidar um regime de garantias democráticas para esse mesmo proletariado, de modo a permitir-lhe maiores conquistas no futuro.

Nesta data, porém, não cabe a nós, socialistas, fazer recriminações e acusações. Cabe-nos apelar para os imensas reservas de energia potencial de que dispõe o proletariado brasileiro, para que possamos deter a marcha reacionária desencadeada em nosso país, sob o pretexto de combate ao comunismo. Cabe-nos conclamá-lo à luta pelas reivindicações democráticas fundamentais já asseguradas na Constituição e que são relegadas ao esquecimento pelo governo e também pelo Parlamento, com sua maioria esmagadora de políticos burgueses: a liberdade sindical, o direito de greve, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, o descanso semanal remunerado, a liberdade de imprensa. Porque, unido e coeso na defesa de seus direitos básicos confiante no seu poder, o proletariado só poderá ganhar essas primeiras batalhas da Democracia. — A. C. C.

Tribuna de discussão socialista

O Estado e o Socialismo

I — LIGEIRA RECAPITULAÇÃO

As duas correntes de pensamento moderna que mais se aprofundaram na análise da vida social, a marxista e a anarquista, definem o Estado como o instrumento de dominação da classe capitalista.

Marx diz que a sociedade está dividida em classes e que a história da sociedade é a história das suas lutas de classes.

Roberto Faure, o anarquista, diz: "o regime governamental, monarchia ou república, o direito da força, o direito divino, o direito humano, corresponde exatamente à vida da sociedade em duas categorias opostas: os senhores e os escravos". Na sociedade capitalista a divisão da sociedade em classes, tem como base o seguinte contraditório do regime: "muitos trabalham para produzir alguma coisa e poucos se apropriam dela."

O Estado dirige e obriga os demais classes pelo fôrças da lei ou pela força material, a se portarem de modo a não contrariar o alicercamento dos privilégios que a classe dominante cria, no decorrer do seu desenvolvimento.

Essas definições e conceitos são verdadeiros não só para a sociedade capitalista atual, mas historicamente para todas as sociedades que já existiram divididas em classes. A divisão da sociedade em classes sempre teve um fundamento econômico, as transformações sociais só são possíveis quando esse fundamento está em vias de se modificar. Daí o seguinte princípio estabelecido por Marx: "as transformações da estrutura econômica da sociedade correspondem fatalmente modificações na super-estrutura política". As modificações econômicas que levam as classes dominantes à falência forçam a modificação do Estado político existente."

A burguesia como classe dominante

não é mais capaz de manter o progresso social.

A revolução industrial por ela realizada desenvolveu o sistema mecânico de produção dando lugar ao apêndice do proletariado como classe. Por outro lado o sistema mecanizado de produção originou também uma produção de mercadorias e o consequente aparecimento de um sistema de comércio de ampliação antes inexistente.

O desenvolvimento desse comércio tornou-se arbitrário e confuso, invadiu os países, levando consigo a confusão e a desordem generalizada, criando as mais sérias contradições. A livre competição existente que ameaçava o sistema foi gradualmente substituída pelos monopólios a fim de manter o ritmo da produção.

Por outro lado, o desenvolvimento da classe trabalhadora, cada vez mais sujeita à exploração capitalista pelo desenvolvimento dos meios de produção, e a sua força coletiva nas grandes empresas, lhe dá o caráter de classe revolucionária, capaz de subverter as massas periodicamente, por meio do seu instrumento de submissão, o Estado. Incapaz de resolver as contradições do seu sistema está ela agora na defensiva contra a classe trabalhadora que engendrou durante o seu crescimento. Portanto só a classe trabalhadora é consequentemente revolucionária, capaz de eliminar a contradição do sistema de produção.

Por isso é que a burguesia, possuindo uma noção clara da questão social legítima contra a classe trabalhadora, começando por anular a autonomia do seu mais importante órgão, — o sindicato — e por declarar ilegal o seu mais poderoso instrumento de expressão coletiva, a greve.

J. CARVALHO LEAL

NO CENTENÁRIO DO "MANIFESTO COMUNISTA" MARX E O PARTIDO DOS COMUNISTAS

Um comunista desses da Era Staliniana, que aprende o doutrina através dos ensinamentos de Zdanov, do marechal Timochenko ou do capitão Prestes, ficaria sem dúvida de boca aberta se um dia, por azar, lhe caísse sob os olhos um exemplar do "Manifesto Comunista", e, abrindo-o ao acaso, desse, por exemplo, com este trecho:

"Qual a posição dos comunistas diante das massas proletárias?"

"Os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos outros partidos operários."

"Não têm interesses que se separem do proletariado em geral."

"Não proclamam princípios sectários, nos quais pretenderiam modelar o movimento operário."

Se a nosso suposto comunista não tivesse morrido fulminado por um choque ao ler essas heresias e continuasse a folhear o manifesto de Marx e Engels, ele iria encontrar, em outras diferentes passagens do documento, a mesma tese repetida e reforçada:

"Em resumo, os comunistas apoiam por toda parte todo movimento revolucionário contra o estado de coisas social e político existente."

"Em todos esses movimentos, põem no primeiro plano a questão da propriedade, qualquer que seja a forma mais ou menos desenvolvida a que tenha chegado, como

sendo a questão fundamental do movimento."

"Finalmente, os comunistas trabalham pela união e pelo entrecruzamento dos partidos democráticos de todos os países".

"Na França os comunistas aliam-se ao partido democrata-socialista contra a burguesia conservadora e radical, reservando-se o direito de criticar as frases e os ilusões legadas pela tradição revolucionária."

"Na Suíça, apoiam os radicais, sem desconhecer que esse partido se compõe de elementos contraditórios, metade de democratas-socialistas, na acepção francesa da palavra, metade de burgueses radicais."

"Na Polônia, os comunistas sustentam o partido que vê numa revolução agrária a condição da libertação nacional, isto é, o partido que fez a revolução de Cracóvia em 1846."

"Na Alemanha, o partido comunista luta de acordo com a burguesia, todas as vezes que a burguesia age revolucionariamente, contra a monarquia absoluta, a propriedade rural feudal e a pequena burguesia."

Em prefácio escrito para uma edição do Manifesto publicada em 1872, Marx e Engels observam que o "programa envelheceu atualmente em certos pontos". Mas, a respeito das relações entre os comunistas e os demais partidos, a única ressalva que fazem é a seguinte:

"... se as observações apresentadas sobre a posição dos comunistas diante dos diferentes partidos da oposição são exatas hoje ainda nos seus princípios, envelheceram na aplicação, porque a situação política está completamente mudada e a evolução histórica fez desaparecer a maior parte dos partidos ali enumerados."

— confirmando, assim, o princípio reiteradamente exposto no Manifesto de 1848.

Essa concepção marxista não rígida da organização partidária dos trabalhadores é constante, nada tem de ocasional. Ela pode parecer chocante, hoje, quando o bolchevismo que sempre se quis fazer passar por marxista, popularizou a estrutura totalitária, unitária, monolítica da organização de classe. Uma tal idéia, entretanto, não somente não fazia parte da doutrina de Marx e Engels, como era por eles tenazmente combatida na prática.

Num novo prefácio para o "Manifesto" (1890), depois de Marx já morto, Engels escreve:

"Quando a classe operária adquiriu forças para um novo assalto contra o poder das classes dominantes, nasceu a Associação Internacional dos Trabalhadores. Tinha esta como finalidade englobar num grande exercito toda a classe operária da Europa e da América. Portanto, não podia partir dos princípios estabelecidos no Manifesto. Devia ter um programa que não fechasse as portas às Trade Unions inglesas, aos producionários alemães. Este programa — o preambulo dos estatutos da Internacional — foi redigido por Marx com uma tal maestria que foi reconhecido mesmo por Bakunine e os anarquistas. Marx confiava a vitória definitiva das proposições inseridas no Manifesto

unicamente ao desenvolvimento intelectual da classe operária, que devia resultar da comunidade de ação e de discussão".

Como teóricos, Marx e Engels achavam, naturalmente, que as suas teorias eram superiores às dos demais. Confiavam, entretanto, na comunidade de ação e de discussão com os trabalhadores de outras correntes políticas, para conquistá-los. Quão longa fica, de uma tal posição, franca e democrática, a intollerância bolchevista!

Que parentesco existe entre a disposição de Marx e Engels de aliar-se aos partidos democráticos e socialistas na França, e a posição de Thorez e Duclos, sabatando os governos Ramadier e Blum, e favorecendo o movimento de De Gaulle?

Que semelhança existe entre a posição dos autores do "Manifesto", de apoio à burguesia alemã em luta contra a monarquia absoluta, e a posição do Partido Comunista inglês, de hostilidade aberta ao governo trabalhista que procura socializar aquele país?

Que identidade existe entre a ponto de vista de Marx, de que os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos outros partidos operários — e a atividade dos bolchevistas, cindindo em todos os países da Europa as organizações políticas e sindicais dos trabalhadores, exclusivamente para criar um partido à parte oposto aos outros partidos?

Que coincidência existe entre a tese marxista de que os comunistas não proclamam princípios sectários, nos quais quissem modelar o movimento operário — e a atitude dos dirigentes bolchevistas na Rússia, na Jugoslávia, na Rumania, na Bulgária, na Checoslováquia, impondo a aceitação de seus princípios sectários e procurando modelar o movimento operário segundo um figurino pré-estabelecido?

A diferença entre marxismo e bolchevismo é mais ou menos a diferença que existe entre Thomas Edison e a Light & Power. Marx foi um sociólogo e filósofo genial, que estudando, adquiriu convicções, formulou uma doutrina, realizou descobertas. Procurou divulgá-las e para elas conquistar adesões, por isso mesmo que estava convencido de sua exatidão. O Bolchevismo apropriou-se do marxismo para explorá-lo como uma marca de fábrica. Surgiu, assim, um grupo de políticos profissionais, dispostos a "vender" um invento científico para com ele estabelecer um truste partidário.

Marx, porém, tem tanto a ver com o Komintern, o Kominform ou os Partidos Comunistas, como Santos Dumont com a Panair."

O tipo de partido de trabalhadores que Marx tinha em vista era precisamente o tipo de partido que o Partido Socialista pretende realizar — uma organização de profunda democracia interna, em que caibam homens de todas as convicções filosóficas, ligados apenas por um programa comum de reforma social e que vão acertando as suas divergências na prática da ação comum, as minorias submetendo-se às decisões das maiorias, estas respeitando as opiniões das minorias.

É preciso que comecemos demonstrando nossa capacidade de realizar a democracia socialista em nossos quadros, se pretendemos seja ela o regime ideal para a vida política de cada país.

ARNALDO PEDROSO d'HORTA

A Missão da Juventude Socialista

O papel das juventudes socialistas na história dos diversos partidos operários, não pode ser relegado ao esquecimento. Animados por um fogo que, em grande parte, não mais existe nos elementos que lutam há muitos anos, os jovens sempre significaram luta contra o conformismo, intransigência na defesa dos ideais revolucionários, inconformismo ante as capitulações de todos os que pretendem fazer de um partido de esquerdas um mero organismo eleitoral, destinado a conquistar cadeiras nos Parlaentos e que, uma vez conquistado o poder, é levado a confundir os interesses dos trabalhadores com os interesses do Estado, relegando, portanto, o socialismo para segundo plano. Numa palavra, as juventudes socialistas são uma garantia de contínua renovação de quadros e defesa intransigente do ideal socialista.

Não pretendemos, com isto, dizer que todos os "velhos" fracassaram ou que o futuro do socialismo esteja unicamente nos mãos dos jovens que ingressaram agora por o movimento. Se eles trazem em si um fogo de vida e uma atitude de intransigência, suas energias somente poderão ser canalizadas de uma maneira aproveitável para o movimento, depois que esses jovens tiverem aprendido com os "velhos" toda a experiência que eles viveram, depois que tiverem compreendido que a luta socialista não pode ser feita em função unicamente do hoje, mas que é feita para o amanhã, sobretudo. Este contacto entre jovens e "velhos" — e muitas vezes a idade não representa a linha divisória entre uma categoria e outra, mas sim o ardo combativo de cada militante — é a condição primeira para que um partido socialista possa, realmente, se apresentar como tal na arena da luta pelo poder político. Essa troca de experiência e energia

para a luta — os jovens trazendo aos "velhos" a lembrança do que foram ontem e uma constante advertência de que as faltas cometidas contra a pureza do ideal não serão perdoadas; os "velhos" ensinando aos jovens que a luta política, tal como se desenvolve hoje, não pode ser jogada sem certa manha que provém unicamente da experiência ao vivo e não da leitura dos clássicos do socialismo; mostrando-lhes que a "vitória do socialismo é fruto de suas constantes derrotas" e ensinando-os assim a saber quando se deve sacrificar uma posição na luta, para que amanhã se ganhe uma batalha, essa troca de experiência e energia, repetimos, é a fonte de vida de todo partido operário.

A própria história se incumba de mostrar a importância das juventudes na luta pelo socialismo. E' das alas mais jovens de todos os partidos que parte o clamor de renovação, quando os velhos líderes, atemorizados com o espectro do totalitarismo que avança, enunciam sua estranha política de salvar a democracia para depois fazer o socialismo; são os jovens que não hesitam em castigar duramente todos aqueles companheiros que se esquecem de sua condição de socialistas, para se acomodarem à sua nova posição de deputados. Bastará olhar para trás para ver a verdade do que enunciamos. E' a juventude social-democrata alemã que, antes da primeira grande guerra, chegou a castigar fisicamente os deputados socialistas que se estavam acomodando ao jogo parlamentar burguês; foram as constantes oposições no seio do Partido Comunista Russo, por ocasião da revolução; é a recente cisão da juventude socialista francesa com o Partido Socialista, uma vez que seus dirigentes mostravam-se tão chauvinistas quanto os co-

munistas ou os burgueses na questão da Alemanha, esquecendo-se de que somente uma política revolucionária, internacionalista e democrática poderá salvar a Alemanha e a Europa.

Neste momento em que o Socialismo atravessa profunda crise, em grande parte motivada por falta de uma definição precisa do que almeja e dos meios que vai utilizar para lá chegar, o papel das juventudes socialistas é fundamental. A elas cabe, justamente, forçar essa definição.

No Brasil, onde o socialismo ensaia seus primeiros passos com o Partido Socialista Brasileiro, organização que sofre, como todos os partidos do velho e do novo mundo, desta indefinição constante e, das quais apareceu no cenário político nacional, de um democratismo radical muito acentuado, à juventude socialista cabe, sem dúvida, contribuir para essa definição no sentido de uma política que traga para o socialismo as massas trabalhadoras, uma política que diga, realmente, o que é socialismo e o que ele representa na atual situação mundial, uma política que vise realizar o socialismo para salvar a democracia e não, como pensam alguns cansados líderes socialistas do velho mundo que pretendem salvar a democracia para depois fazer o socialismo. Desta definição, nascerá uma política socialista que fará ver a todos os incautos e mal intencionados que o socialismo não é o melhor caminho para conciliar as classes e evitar a revolução social, uma vez que ele pretende eliminar as classes e fazer a transformação popular, revolucionária e democrata da atual ordem social.

(Continúa no pg. 7)

O PETROLEO E OS NOSSOS RECURSOS

Em suas colunas no "Correio da Manhã", o Sr. Carlos Lacerda dedicou vários artigos ao discurso com que abriu, na Câmara dos Deputados os debates sobre o petróleo. Assim procedeu porque as afirmações contidas nesse discurso "constituem paradigmas de erros desgraçadamente frequentes e muito difundidos".

Examinarei os pontos que o Sr. Carlos Lacerda criticou e as generalizações com que os coloriu a sua vontade.

Logo no primeiro artigo, o Sr. Carlos Lacerda encontra em meu discurso "um momento de supremo ridículo". E' quando sugiro que uma leve taxa no fumo e na bebida poderia proporcionar 200, 300 ou 400 milhões de cruzeiros à indústria estatal do petróleo. Concluí daí que proponho o financiamento da indústria do petróleo do Brasil "com uma taxa sobre o cigarro Liberty e a cachaça Juízo".

Vejamos: A arrecadação sobre o fumo no exercício de 1947, rende Cr\$ 1.124.781.029,80. Sobre a bebida a arrecadação no mesmo exercício atingiu a Cr\$ 710.083.245,20. Monta pois, o total da arrecadação sobre fumo e bebida, em 1947, a Cr\$ 1.834.861.275,00. Um aumento de 10% sobre o total dessa arrecadação representaria a mais a quantia de Cr\$ 183.486.427,50. Deste modo, limitada a 10%, a majoração sobre o imposto de fumo e bebida produziria, desde logo, por ano, duas vezes a maior quantia que, até hoje, também por ano, já atribuímos às atividades do Conselho Nacional do Petróleo. Em cinco anos, seriam mais de 900 milhões.

Ridicularizou o Sr. Carlos Lacerda essa fonte de renda, com se nada trouxesse de apreciável. Ai estão as cifras. Escorcharão não seria o aumento. Calculado na base de 20%, produziria 360 milhões.

Para se ter a idéia do que representariam 180 milhões anuais aplicados exclusivamente ao petróleo, basta ponderar que, entre os projetos recebidos pelo C.N.P., de companhias estrangeiras que se candidatavam à exploração do nosso petróleo, a melhor delas oferecia uma inversão de 200 milhões de cruzeiros para serem despendidos em dez anos, ou seja 20 milhões por ano.

Se o tributo por mim lembrado fosse impraticável, daí não se poderia concluir que outras fontes de receita não existissem.

Exatamente, o cavalo de batalha dos partidários do regime de concessões é que o Brasil não possui recursos próprios para financiar sua indústria de petróleo. A quanto montariam tais recursos? O Sr. Carlos Lacerda não disse. Tratar-se-á, porventura, de quantia astronômica, fora de nossas possibilidades? Eis a questão a apurar.

Segundo dados do Relatório Odilon Braga, na Venezuela, as companhias invertendo um total de dois bilhões e 424 milhões de cruzeiros, "no descoberto e preparação de campos produtivos de petróleo". Dêsse dinheiro, Cr\$ 880.300,00 foram despendidos de 1925 a 1939, "no espaço de 14 anos", à razão média de quase 63 milhões de cruzeiros por ano. Outra companhia, a "Creole Petroleum Corp.", despendeu, entre 1920 e 1930, no período de dez anos, Cr\$ 966.701.260,00, ou seja a média de quase 100 milhões por ano.

Na Colombia, somaram os gastos das companhias dois bilhões e 170 milhões de cruzeiros. De 1916 a 1926, "em dez anos", despendeu a concessionária, no preparo do campo "De Mares" 972 milhões de cru-

zeiros, praticamente 100 milhões por ano. No campo "Barco", os concessionários gastaram Cr\$ 1.206.200.000,00, de 1916 a 1939, portanto, "no espaço de 23 anos" ou seja 52 milhões por ano.

Diz o Relatório: "são cifras que dão que pensar". Mas nenhuma companhia aplicou esse dinheiro de uma vez. Nenhuma delas invertiu seus capitais em menos de dez anos. E' claro que nuns exercícios se gastaria menos, noutros mais.

Um ponto, portanto, deve, desde logo, ser fixado: Indústrias de petróleo não se organizam num abrir e fechar de olhos. Suas despesas não se acumulam em um, dois, ou três exercícios financeiros, mas se distribuem por tantos exercícios que os gastos, embora elevados, se fazem através de parcelas suportáveis. Assim o exigem razões de ordem econômica e técnica.

Igual a toda gente, o Sr. Carlos Lacerda tem pressa do petróleo. Mas admite, éle próprio, um prazo até 10 anos para instalação, no país, de uma indústria produtora do petróleo suficiente ao menos para o nosso consumo interno. Logo também, entre nós, o capital terá de ser aplicado em parcelas sucessivas, no decorrer de um período de tempo, que, inclusive no entender do Sr. Carlos Lacerda, pode durar 10 anos.

Na Venezuela, as duas grandes companhias citadas no Relatório Odilon Braga despenderam até a organização da indústria local, 163 milhões de cruzeiros por ano. Na Colombia 152 milhões de cruzeiros. São os 10% sobre o fumo e bebida renderiam, na base da arrecadação de 1947, 183 milhões anuais.

E' muito improvável que os concessionários apliquem, desde já, em nosso país, quantia superior a 183 milhões por ano. A mundo não está parado à espera do petróleo brasileiro. Não há urgência para os grandes empresas na exploração do nosso petróleo. Depõe o Relatório Odilon Braga: "Não devemos esquecer, por outro lado, que nos próximos dez anos não haverá interesse na exploração de nossas jazidas."

A lava dos campos do Oriente Médio, campos de tremenda capacidade, torna desinteressante a exploração do petróleo do Brasil que, mesmo descoberto, ficaria guardado para outra eventualidade. No momento, o que importa é extrair nas vizinhanças dos Soviéticos todo o petróleo que estes possam cobijar. E a prova de que assim é, temo-la na Colombia, cujo petróleo, não obstante descoberto e medido continua em depósito nos seus reservatórios naturais".

Pensa o Sr. Carlos Lacerda que,

na base do anteprojeto, teremos petróleo, dentro de dez anos, no máximo, para abastecer ao menos o mercado interno. O Relatório Odilon Braga assegura tal coisa, pois afirma que "dentro de dez anos não haverá interesse na exploração de nossas jazidas".

Admitamos, porém, que para apressar o funcionamento da indústria, tenha o Brasil de gastar mais 300 milhões por ano, além dos cem milhões que está gastando atualmente. Seriam, assim, 400 milhões por ano. Não disporá o país desse dinheiro? Não achará o Brasil meios de obter 300 milhões anuais para o petróleo?

Pode-se afirmar que uma arrecadação mais rigorosa do imposto de renda comporta imediatamente, sem injustiça fiscal alguma, um aumento de 300 milhões. O lucro líquido das empresas de petróleo no país, o ano passado, montou o 476 milhões de cruzeiros, fora as reservas. Em um ano, só as companhias distribuidoras de petróleo ganharam no Brasil cerca de 300 milhões de cruzeiros.

O dogma da política favorável as concessões reza que o Brasil não dispõe de recursos para explorar seu petróleo. Gostaríamos de ver esse dogma demonstrado. Digam-nos os partidários do regime das concessões

aproximadamente que seja, quanto julgam necessário à organização da indústria do petróleo no Brasil com capacidade para atender, pelo menos, nosso consumo interno. Digam-nos o prazo que reputam razoável para essa organização. Veremos, então, se diante do montante julgado indispensável, o país dispõe ou não de recurso.

Mas estes recursos poderiam ser também obtidos fora do país. Com disponibilidades do nosso crédito no Banco de Importação e Exportação, propôs o governo que o Brasil servisse de fiador à Light para um empréstimo de 90 milhões de dólares, ou seja 1 bilhão e novecentos milhões de cruzeiros.

Os Estados Unidos não se recusariam, certamente, a emprestar-nos dinheiro para a instalação de uma indústria que viria consolidar a posição do Hemisfério. Quanto não fosse por motivos econômicos, emprestariam por motivos de ordem política. Realmente, para fortalecer a ação contra o comunismo, estão os Estados Unidos gastando bilhões e bilhões na Grécia, na Turquia, na China, e com os países do plano Marshall.

Explorar o petróleo nacional constitui, além do mais, necessidade ditada pela campanha de segurança e salvação democrática contra o comunismo, conforme ensina o Sr. Carlos Lacerda. Os Estados Unidos são, no mundo atual, os líderes naturais e autorizados dessa campanha. Diante disso, é inadmissível que os Estados Unidos nos recusem um empréstimo para financiar nossa indústria de petróleo. Somos um país americano, um bom vizinho, creio mesmo que o melhor vizinho. Não se furtariam os Estados Unidos a ajudar-nos no petróleo de Estado por Estado.

Não basta, pois, afirmar dogmaticamente que não temos recursos. Enfase não é argumento.

HERMES LIMA.

O petróleo e uma "chantage" facista

E' espantoso que nesta altura da vida dos povos e após a longa experiência da dominação facista, baseada numa série de mistificações, invariáveis em todo o mundo, ainda se tente, com a insistência que vemos cada dia, aquela velha "chantage" de lançar a suspeita gratuita de comunista a todos os adversários a quem se quer derrotar, ou a cujos argumentos, em qualquer debate, não se tem outra resposta mais objetiva e séria. E' um expediente de intimidação, que, em um outro caso, se usado por detentores de qualquer parcela do poder, pode ter êxito. (A "lei de segurança" ai está em plena vigência da Constituição, com os seus "crimes de idéias" e a sua forma processual em choque com as garantias constitucionais). Mas um expediente que admira ver empregado em discussões entre gente da maior responsabilidade, contra pessoas conscientes dos seus direitos e franquias. Nos períodos de eclipse do regime, ou na ditadura formal e com pretensões a permanente — "Estado Novo" — a "chantage" podia ser impunemente aplicada e com sucesso, enquanto durasse o fascismo. A atividade política — e não já apenas a de um determinado partido, ou a progação de uma determinada doutrina política — era crime punível em julgamento de plano, supressos todos os recursos de defesa. E assim o indivíduo podia ser, ao sabor dos caprichos do Estado policial, acusado de exercer todas as atividades "criminosas" em matéria política, sem meios de demonstrar que... não era eleiante.

Com a restauração da legalidade e o funcionamento dos partidos que representam todas as correntes ideológicas — e os seus mais sutis matizes — a "chantage" será ainda viável em alguns casos, na medida em que o permite a brecha deixada ao arbítrio das outorgadas pela permanência da lei inquisitorial da ditadura. Mas não pode prevalecer nas discussões entre homens responsáveis e conscientes, tendo como juiz o pú-

blico. Porque, para o julgamento público, há os mais oníscios meios de instrução no debate livre da tribuna e da imprensa.

Por isso não pode ser sem a maior estranheza que vemos a insistência de tantos reacionários, conservadores, ou mesmo liberais e discutiabilíssimos democratas apegados, no debate de problemas de toda ordem, àquela armazinha obsoleta do fascismo. Se o modo de ser chamado de comunista gratuitamente ainda faz calar muitas consciências inseguras, é porque infelizmente ainda há em nossa vida pública, numa escala muito maior do que a suportável, a timidez, o apagado e vil conformismo, o comodismo que é sinônimo de abdicção de direitos e deserção o deveres. Sabemos como da timidez, do conformismo, do comodismo do maior número viveram sempre os regimes de força. Mas resta, nas várias correntes de opinião organizada, a parcela dos que não se arreceiam de sustentar a posição justa e dizer a palavra exalta sobre os problemas nacionais pelo fato de com isso se verem apontados caluniosamente pelo antagonista, às polícias ou ao julgamento da opinião conservadora, como "comunista".

O Relatório da Comissão de Legislação do Petróleo comprometeu de saída a seriedade do seu exaustivo estudo da questão com a incidência nessa indecênciazinha policial de atribuir aos que combatem a entrega do nosso petróleo aos trustes norte-americanos a condição de serviços de uma potência estrangeira, ou seja, de afirmar que eles "tudo esperam dos Soviéticos". Um problema concreto (e da importância fundamental desse) tem de ser analisado com objetividade rigorosa e minudente. Insinuações tão graves quanto às intenções dos operadores da política oficial do petróleo, só podem aparecer em tal documento baseadas em fatos ou, ao menos, numa argumentação séria, e não apenas jogadas de passagem como uma

picuinha irresponsável. E muito menos — no caso — para impedir atingir gerais e tantos outros oficiais das forças armadas, líderes políticos (por sinal tão conservadores como os ex-presidentes Arthur Bernardes e seus correligionários) e patriotas outros do mesmo modo insuspeitáveis. A ausência, no relatório, da citação de fatos e de argumentos sérios para fundamentar a insinuação não foi um lapso, ou descuido, ou inabilidade dos defensores da tese governamental; decorre da inexistência de tais fatos e argumentos sérios. Não pode haver mais flagrante incongruência do que essa de acusar de procurarem servir a uma potência estrangeira os que defendem para os brasileiros e, mais, para o Estado brasileiro, o privilégio de explorar o nosso petróleo. E de sustentar que patriotas, defensores do interesse nacional, monopolizadores do patriotismo, são os que pleiteiam a entrega do nosso petróleo aos trustes estrangeiros!

Mas podemos nos outros, os "serviços dos Soviéticos" (Horta Barbosa, Bernardes, Artur Carnevali, José Pessoa, Mattos Pimenta, Hermes Lima, Rafael Correia de Oliveira, o Partido Socialista, o Partido Republicano, os filiados a outros partidos empenhados na campanha, os engenheiros, os economistas, os jornalistas defensores da nacionalização da lava e indústria do petróleo) nos outros, sim, podemos abandonar o terreno subjetivo das insinuações sobre intentos secretos, se quisermos revidar nesse terreno ao gratuito insulto. E indicar — muito objetivamente — membros do governo brasileiro e outras figuras e éle menos diretamente ligadas que, ao pleitearem concessões de petróleo aos trustes norte-americanos, por coincidência já são acionistas de uma companhia "brasileira", subsidiária de um desses trustes, o maior e, notadamente, o mais poderoso, varaz e inescrupuloso deles: a companhia Gás Essô, do truste Standard Oil.

OSÓRIO BORBA

Petróleo, Reforma Agrária, Lei Sindical

(Conclusão da 1.a pag.)

dos da complexíssima questão agrária em cada zona do país, a fim de enviar à C. N. sugestões para a elaboração do projeto.

A situação paulista — O companheiro Plínio Melo fez uma exposição da situação política de São Paulo e da posição assumida pela Seccção estadual do Partido em face das lutas de grupos em torno da futura sucessão presidencial, à qual se prendem as atuais ameaças de intervenção federal no grande Estado. E leu o comunicado em que a Comissão paulista definiu a posição do Partido, de equidistância entre esses corrilhos, sem deixar de defender o princípio da constitucionalidade de qualquer solução a ser dada ao caso. A C. N. aprovou unanimemente a linha adotada pelos companheiros paulistas.

"BOLETIM SOCIALISTA"

Recebemos o n.º 2 do "Boletim Socialista", editado pela Comissão Estadual do Distrito Federal, e que neste segundo número já sai com o dobro do tamanho e da matéria do número inicial.

Na Câmara de Vereadores da Capital

O DESMANTELO DA ADMINISTRAÇÃO

O Companheiro Cid Franco pronunciou, recentemente, o seguinte discurso na Câmara de Vereadores: "Sr. Presidente, srs. Vereadores: "Como estou nesta Câmara numa situação excepcional e delicada, como único representante de um partido que luta contra o capitalismo, embora por meios legais, parlamentares, pacíficos, apelo para o espírito democrático dos nobres colegas para que me ouçam com a tolerância que caracteriza os espíritos superiores.

Volto a analisar o desmantelo da administração municipal.

Esse desmantelo foi confessado pelo vereador Miguel Russion, quando de este oportuno ao meu penúltimo discurso:

"... vou expôr o que esses homens fizeram. São eles os causadores de estarmos quase em bancarrota."

Sr. Presidente, a despeito de estarmos "quase em bancarrota", situação confessada por um vereador governista, o sr. Prefeito não tem escrúpulos em criar uma porção de cargos onerosos, cujo número há de ser conhecido depois da série de projetos que acompanharão aquele que já criou a Diretoria Geral da Fazenda Municipal.

Singularidade que merece comentário, aberração que espanta os espíritos mais serenos (e tenho a ousadia de me colocar entre eles) — está na confissão de outro vereador governista, sr. Waldemar Teixeira Pinto.

Sr. Exa. afirmou, em aparte ao meu discurso:

"... não dá para orar, pelo o aspecto técnico foi elaborado pelo dr. Milton Improta que não é político, nem faz parte da nossa política. Está simplesmente atuando como técnico."

Penso que desta tribuna posso dirigir-me ao povo, posso fazer-lhe uma pergunta: — Sabe o povo, quem é o sr. Milton Improta? É o atual secretário das Finanças da Prefeitura.

Salta aos nossos olhos a aberração. O projeto que cria a Diretoria Geral da Secretaria das Finanças foi feito pelo próprio beneficiário, pelo homem que terá o cargo efetivo de Diretor Geral.

Torna-se mais grave a situação quando meditamos nas palavras do jornal "O Estado de São Paulo", reproduzidas por mim no discurso anterior, no trecho que diz:

"Dessa forma, assegurados post-chave para os amigos do governo e agentes da sua atuação política, premeia a administração — e aqui está o ponto mais moral do caso — uma das pessoas que prepararam as contas do sr. Ademar de Barros, no processo de responsabilidade ora em domínio da jurisdição do Tribunal de Contas."

Essa acusação do grande matutino exige um inquérito rigoroso, de qualquer maneira, ficou provado que alguém elaborou um projeto para si mesmo.

Em meu primeiro discurso sobre este assunto, aludí a uma série de afastamentos de diretores, com os quais não tenho ligações políticas nem o menor compromisso de defesa. Não me interessam as suas pessoas. Análise apenas o caso administrativo, tão oneroso para os cofres públicos em "quase bancarrota".

Vou dar um exemplo do esbanjamento dos dinheiros públicos, citando apenas sete nomes.

Estão afastados dos seus cargos efetivos os seguintes funcionários:

1.º — Dr. Osvaldo Aranha Bandeira de Melo, diretor do Departamento Jurídico. Seus vencimentos mensais são de 14.166 cruzeiros. Está agora na "Comissão do Plano da Cidade", comissão que não funciona, que não pode funcionar, porque tem apenas o consultor jurídico, que é o dr. Bandeira. Os outros membros não foram designados.

2.º — Dr. Numa do Vale Gurgel, chefe da Procuradoria Patrimonial, cujos vencimentos são de 14.000 cruzeiros mensais. Está encostado — é o termo — na Comissão de Organização e Planejamento dos Serviços Municipais, a que devem ser submetidos os projetos relativos a qualquer reestruturação das repartições municipais. Mas parece que isso não tem acontecido.

3.º — Dr. Olímpio Carr Ribeiro, diretor do Departamento do Tesouro, cujos vencimentos são de 8.500 cruzeiros mensais. Está encarregado de promover os estudos sobre a criação de Armazens de Abastecimento para o funcionalismo. Qual o andamento desses estudos?

4.º — Dr. Gabriel Aires Neto, diretor do Departamento do Receita, cujos vencimentos são de 8.500 cruzeiros mensais. Está encostado na Comissão de Organização e Planejamento dos Serviços municipais, a mesma em que se encontra o dr. Numa Gurgel.

5.º — Dr. Francisco Patti, diretor do Departamento de Cultura, cujos vencimentos são de 8.500 cruzeiros mensais. Deve estar promovendo "estudos"...

6.º — Dr. José Amadei, diretor do Departamento de Obras, cujos vencimentos também são de 8.500 cruzeiros mensais. Foi pôsto à disposição da Secretaria da Educação, "para serviços que lhe forem determinados" — diz a portaria. Este ato foi tão atabalhoado que acarretou o pedido de demissão do Secretário de Obras, engenheiro Alfredo Figliolini.

7.º — D. Marina Marcondes, chefe de secção, cujos vencimentos são de 4.500 cruzeiros mensais. Está no já famosa Comissão para onde foram os drs. Aires Neto e Gurgel.

Fiquemos, para argumentar, apenas com os sete funcionários mencionados, todos eles fora de seus cargos, nenhum deles, praticamente, com muita coisa para fazer no afastamento que lhes foi dado como castigo político.

Somando-se os seus ordenados, verifica-se que eles custam aos cofres públicos nada menos de 799.992 cruzeiros por ano, quase 800.000 cruzeiros por ano.

E' muito dinheiro jogado fora. Sabendo-se que os ocupantes atuais daqueles sete cargos recebem os mesmos vencimentos dos funcionários afastados, conclui-se que o povo está pagando, por esses sete cargos, a importância anual de 1.599.984 cruzeiros.

E note o sr. presidente, nem os srs. vereadores e o povo, serena e tranquilamente, que aludí apenas a sete funcionários afastados de seus postos efetivos.

Pois bem. O cientista Manuel de Abreu, orientando-me num projeto de criação do Serviço Municipal de Abreografia, respondendo à pergunta que lhe fiz sobre as despesas de instalação e de pessoal para o primeiro ano, deu-me estas informações: instalação do serviço, 450.000 cruzeiros; pagamento anual aos funcionários, 200.000 cruzeiros, Total — 650.000 cruzeiros.

Mas é possível que o meu projeto seja considerado vultoso, pesado, inexistente, porque o sr. prefeito,

UMA PEDREIRA FABULOSA

A propósito do desejo do Prefeito da Capital, de declarar de utilidade pública uma pedreira, em Guarulhos, por 10 milhões de cruzeiros, o companheiro Cid Franco falou o seguinte discurso:

Sr. Presidente, falando no "Diário da Noite" de 17 de março próximo passado, o sr. Paulo Laura, prefeito da Capital, revelou o interesse da Municipalidade na aquisição de mais uma pedreira de granito.

— "Na verdade — disse s. excia. — estamos interessados em adquirir mais uma pedreira, porque aquela com a qual contamos é insuficiente para o consumo da cidade, com a execução do plano de calçamento aprovado, que abrangirá todos os bairros da Capital. E está em loco a pedreira Fortaleza, cujo valor é de 10 milhões de cruzeiros. Pretendemos declarar-la de utilidade pública, mas só o faremos bem fundamentados nos pareceres das repartições técnicas da Prefeitura. No caso de ser desativado o seu empreendimento, nada será feito." Foram essas as palavras do sr. prefeito, que estimou em 10 milhões de cruzeiros o valor da pedreira Fortaleza.

O Partido Socialista Brasileiro, pela minha palavra, passa a analisar essa possível operação, sob seus diversos ângulos:

1.º) Qual a situação atual das pedreiras? A exploração das pedreiras constitui magnífico negócio durante o inverno, quando escoavam materiais da construção.

Numa época da especulação do tijolo, da areia, da cal, a pedreira de Fortaleza era um negócio rentoso. Nesse período, diante das dificuldades notórias e da carência do pedregulho, os construtores passavam a preferir pedra britada para as estruturas de concreto e laço. Assim, muitas pedreiras foram instaladas. A prosperidade de tais empresas parecia infinita, pois a pedra britada nº 2 chegou a ser vendida nesta capital, posta no obra, a 200 cruzeiros o metro cúbico.

Hoje a situação é muito diferente, e o mesmo tipo é apresentado à venda com um decréscimo, às vezes, até de 50 por cento. Existem inúmeras organizações, empunhando o estandarte da pedra, vivendo em regime deficiente. Lutam com dificuldades de crédito, com falta de matéria-prima e com elevados índices de custos.

O momento é propício para a venda de pedreiras que não conseguem concorrer com os fornecedores de pedregulho. No instante em que o negócio se apresenta com tão grande e natural pessimismo, anuncia o sr. prefeito da Capital o interesse que tem a Municipalidade em adquirir uma pedreira, em Guarulhos, por 10 milhões de cruzeiros.

Palavras de s. excia.: "Estamos interessados em adquirir mais uma pedreira, porque aquela com a qual contamos é insuficiente para o consumo da cidade, com a execução do plano de calçamento aprovado, que abrangirá todos os bairros da Capital. E está em loco a pedreira Fortaleza, cujo valor é de 10 milhões de cruzeiros."

2.º) Onde está localizada essa pedreira?

A pedreira Fortaleza, pela qual se interessa a Prefeitura, está localizada no município de Guarulhos, distante cerca de 40 quilômetros do largo da Sé (três metros: 40 quilômetros); no caminho que leva a Santa Isabel, 12 quilômetros além da base de Cubicão.

Até a base aérea o estrada se encontra em condições de regular conservação. Mas, tendo-se em vista o caminho é péssimo, prestando-se muito mal para o trânsito de dois caminhões. Ora, para a exploração econômica de uma pedreira, a localização é um fator importante, porque os demais estão situados muito mais perto da capital, como na Cantareira, em Perus, no Jaraguá e Osasco. Esse proximidade e os bons caminhos tornam o transporte econômico, não excedente de 35 cruzeiros por metro cúbico, até as pedreiras. O quanto se calcula, por exemplo para o transporte de pedra britada de Perus o esta capital.

Existem outras pedreiras tão distantes de Guarulhos quanto a pedreira Fortaleza, mas à margem de estradas asfaltadas, como as que se acham para os lados de Matão e Ribeirão Preto.

Pelo que se vê, a localização da pedreira Fortaleza não oferece os vantagens normais em negócio de esta natureza, não se justificando portanto, o interesse da Municipalidade por essa organização.

3.º) Tipo de granito.

A pedreira Fortaleza possui, sem dúvida, uma grande cubagem de granito resistente. Mas, por isso mesmo que re-

sô com o afastamento de sete funcionários onera os cofres municipais não em 650.000 cruzeiros, mas em 800.000 cruzeiros por ano.

Creio que bastariam os sete casos apontados para prova da desorientação administrativa em que vive o município.

Mas voltarei ao assunto.

sistente, oferece esse tipo de granito não pequenas dificuldades para a britagem. Encarece a extração pelo necessidade de maiores perflurações, mais dinâmite para o deslocamento de massas, trabalho demorado de marleteles e britagem pouco rentosa.

Em suma: não é um tipo aconselhado para a obtenção de guias e paralelepípedos. No caso especial da pedreira Fortaleza, os veios não proporcionam a produção econômica de guias e paralelepípedos, além de a pedreira apresentar apenas uma frente para a exploração.

4.º) O aspecto econômico. Tanto pela localização como pelo tipo de calçamento aprovado, os municípios na aquisição dessa pedreira parece um controsenso. O preço revelado na entrevista do prefeito Paulo Laura ultrapassa o valor real do imóvel. Este valeria, quando muito, num cálculo generoso, 1.500.000 cruzeiros, e nunca, nunca dos nunca, sr. Presidente, os 10.000.000 de cruzeiros a que se referiu o governador da cidade.

Não faltam pedras à Prefeitura, porque, depois da guerra, as pedreiras situadas em torno da capital entraram em fase de superprodução.

Pé de pedra, pedreira, pedra britada, cascalho etc. — tudo isto a Prefeitura encontrará em abundância nas proximidades da capital, a preço bem inferior à quantidade de 10.000.000 cruzeiros.

Para acuar o absurdo, falando sempre em nome do Partido Socialista Brasileiro, acrescento o seguinte: — Este são informados de que a Pedreira Fortaleza, vizinha da pedreira Fortaleza, foi vendida em 1946 por 800.000 cruzeiros.

De 800.000 cruzeiros para 10 milhões de cruzeiros a diferença é superior a mil por cento.

Eu pedreira, sr. Presidente, por minha conta, examinar o aspecto folclórico do assunto. Pode ser que a pedreira Fortaleza (por que não?) seja uma grande pedreira de pedras preciosas. E todos os estudiosos de nosso folclore conhecem aquela quadrinha que diz assim:

"Sinto tu fosse minha, eu mandava ladilhar com pedrinhas de brilhantes para o meu amor passar."

Peço desculpas à memória de João Ribeiro, Amadeu Amaral e de outros mestres do nosso folclore, por esta citação. É o que tinha a dizer, sr. Presidente."

O Contrato entre a Prefeitura e a C.M.T.C.

Foi aprovado pela Câmara de Vereadores o seguinte requerimento do representante socialista, companheiro Cid Franco:

"Requerio ao sr. presidente, ouvido o plenário, que se oficie ao sr. prefeito solicitando seja publicado no "Diário Oficial" e em qualquer dos jornais locais de grande circulação, o contrato assinado entre a Prefeitura e a Companhia Municipal de Transportes Coletivos."

Justificando o seu requerimento, o companheiro Cid Franco proferiu o seguinte discurso:

Sr. presidente:

Na segunda sessão desta Câmara, solicitei a nomeação de uma comissão especial que acompanhasse os entendimentos para assinatura do contrato entre a Prefeitura Municipal de S. Paulo e a Companhia de Transportes Coletivos (C.M.T.C.)

A comissão não foi nomeada. E o contrato foi assinado.

Pouco tempo depois, requeri a remessa do precioso documento a esta assembléia, para que todós os senhores vereadores conhecessem os seus termos, direito que evidentemente lhes assiste, direito que lhes assistia mesmo antes da assinatura. Requeri também a remessa da minuta primitiva, da minuta posterior com as modificações introduzidas e perguntei se a Divisão de Utilidade Pública fôra convenientemente consultada.

Esse requerimento não foi feliz. Passou-se longo tempo, sem a menor resposta do sr. prefeito.

Na última sessão, tivemos a agradável surpresa de saber que o contrato viera a esta Casa, embora não pelos trâmites que todos nós esperávamos.

Sei que o contrato está im-

presso em folheto, havendo mesmo um senhor vereador declarado que essa forma de publicidade é mais econômica para os cofres municipais.

Lamento, sr. presidente, que contrato de tamanha importância não tenha sido publicado no "Diário Oficial" e em qualquer dos jornais da capital. O povo deve conhecer os seus termos. É um contrato de interesse público. A população de São Paulo tem o direito de saber, pelo texto e pelas entrelinhas desse quase lendário documento, quais os motivos por que não tem um serviço de transportes bom e barato, serviço que não deveria ser uma fonte de renda para alguns capitalistas bafejados pelas graças oficiais, mas um serviço socializado e portanto barato. Permitir que meia dúzia ou uma dúzia de capitalistas aumentem a sua riqueza com um serviço municipal de transportes não é governar em benefício do povo, é governar em benefício daquela meia dúzia.

Dúzia ou meia dúzia que desliza nos seus automóveis de luxo, enquanto o proletariado e a classe média se comprime nos ônibus desconjuntados ou rodam no ferro velho que a Light nos vendeu.

Esse contrato deve ter uma publicidade mais ampla do que essa dos folhetos bonitos. Muita coisa inútil, mas interessante para a sua política, o sr. prefeito já publicou largamente na imprensa.

Por que não publicar também assim o contrato com a C.M.T.C., que o povo deve conhecer?

Espero que meu requerimento seja aprovado pela Câmara e atendido pelo sr. prefeito. A não ser (peço que não se veja ironia neste acréscimo) a não ser que falte verba para uma publicação tão importante."

Problemas de organização partidária

RUMOS DE UMA POLITICA PERMANENTE

A associação para a luta política representa, a nosso ver, uma das expressões mais elevadas do espírito associativo do homem. Em primeiro lugar, porque é uma forma de associação própria dos tempos modernos, surgida com o desenvolvimento da civilização burguesa e o aparecimento do Estado nacional. As outras formas comuns da associação humana, as de fins religiosos ou recreativos, por exemplo, correspondem a necessidades primárias do ser humano e, por isso mesmo, existem desde os tempos mais remotos. Em segundo lugar, a associação política exige das pessoas que dela participam, com uma atividade permanente, compreensão de deveres sociais, o que equivale a certo nível intelectual desenvolvido e qualidades morais apuradas, pela capacidade de realizar esforços e sacrifícios individuais em benefício de uma coletividade ou da vitória de determinados princípios ideológicos. É claro, porém, que quando nos referimos à associação política consideramos o tipo de organização dos partidos autênticos que tomaram corpo nos países de tradição democrática, baseados em orientação e programas bem definidos. Não podem ser consideradas verdadeiras associações de luta política, em sua grande maioria, esses agrupamentos de carreiristas que aparecem em nosso país após a queda da ditadura, sob o rótulo de partidos políticos, tendo como objetivo apenas resultados eleitorais imediatos para atender a interesses de coudilhões endinheirados ou ambiciosos de poder.

Mas o espírito associativo humano não é sempre o mesmo. Ele varia de povo para povo, conforme as tradições históricas, as condições de organização social e política, ou desenvolvimento cultural. Sofre flutuações e variações consideráveis, sob a influência do meio e da época. Num meio social pobre é muito menor que num meio social rico, porque a interdependência dos homens e as suas conseqüentes necessidades de associação estão sempre na razão direta do desenvolvimento da riqueza na sociedade. Em épocas de prosperidade geral e estabilidade social, o espírito associativo é muito mais forte do que em épocas de crise, pauperismo e instabilidade social. Nestas ocasiões, quando as dificuldades e o sentimento de insegurança aumentam consideravelmente no seio das massas populares, o espírito associativo ca-

muíto ou então refluí para as formas mais primitivas; os instintos egoístas se exacerbam, o senso oportunista e imediatista da vida passa a ser regra de conduta e, como conseqüência, os laços de solidariedade humana e cooperação no seio da sociedade se afrouxam de forma extrema.

As associações de luta política, como é natural, refletem com muita fidelidade essas flutuações e mutações do espírito associativo humano. É por isso que num meio econômico e social pobre ou em épocas de crises violentas como esta que atravessamos, os partidos políticos autênticos, baseados na orientação e programas bem definidos, encontram sérias dificuldades para progredir. Em geral desenvolvem-se os partidos que apelam para os impulsos associativos primários do ser humano: religiosidade ou satisfação imediata das necessidades materiais de subsistência e recreação. Em outras palavras, progredem, de um lado os partidos governamentais que proporcionam oportunidades a grande número de pessoas, para satisfação de interesses materiais, e, de outro lado, os partidos que através de um messianismo intensamente emotivo e ao mesmo tempo de uma promessa demagógica de felicidade a curto prazo para as massas, apresentam ao espírito destas um substitutivo poderoso da idolatria religiosa (fascismo e comunismo).

No Brasil, o espírito associativo é muito pouco desenvolvido, especialmente em nossos dias de crise e pauperismo generalizado, de contra-marcha governamental para a reação, espalhando medo e sensação de insegurança no seio do povo. Pais pobres, sem tradições democráticas consolidadas, não tendo nunca atravessado períodos calamitosos para a vida nacional, que exigissem conjugação de esforços intensivos de toda a comunidade, com uma classe dominante precocemente decadente e temerosa do impulso progressista que flui da vida democrática, o Brasil apresenta hoje um dos mais baixos padrões de espírito associativo. Os sentimentos gregários do nosso povo se corporificam atualmente quase que só naquelas formas de associação mais primitivas: seitas religiosas ou agremiações recreativas. As associações culturais de vida permanente, constituem raridade. As cooperativas, sociedades de auxílios mútuos e outros tipos de associação semelhantes também são raras, em re-

lação à população. Os sindicatos existentes são mais criações artificiais de uma legislação corporativista do que expressões do espírito associativo do proletariado, manifestado na conjugação de esforços em associações de classe, para defesa de seus interesses econômicos. E os partidos políticos, finalmente, não passaram, até agora, de iguais criações artificiais, de organismos sem vida permanente, que existem quase que só como fórmulas jurídicas abstratas para dar uma base legal à precária e falseada estrutura democrática do regime atual.

É claro que para essa triste situação contribuiu muito o período de ditadura que atravessamos desde 1935 e cuja influência hoje se faz sentir poderosamente. A ditadura, com o controle e a tutela do poder estatal sobre as atividades individuais, e com a liquidação de todo espontaneísmo associativo da vida democrática, coloca o indivíduo isolado e desarmado diante do Estado todo-poderoso, quebrando nele toda capacidade de dirigir seus sentimentos gregários para formas superiores de associação.

É fato indiscutível, porém, que, atualmente, por uma série de motivos e circunstâncias, nosso povo apresenta um espírito associativo de nível muito baixo. E quem quer que

se proponha levar avante uma política de ação permanente e de cunho educativo das massas populares, como deve ser, necessariamente, a política de um Partido Socialista, tem de levar em conta, em primeiro plano, esse fator adverso representado pela falta de espírito associativo por parte das massas populares.

Essa é uma das razões pelas quais não podemos contar com um progresso rápido do nosso Partido. E, também, uma das razões pelas quais ainda somos encarados como uma espécie de elite moral e intelectual bem armada, mas divorciada da realidade atual do Brasil. Na verdade, reunimos em nosso Partido uma elite, ainda relativamente reduzida, de trabalhadores manuais e intelectuais, animados da vontade de batalhar pela supressão do sistema capitalista desumano, decadente, incapaz, e pela emancipação dos trabalhadores. Um punhado de militantes políticos que não se mesclaram na falsa política de messianismo em torno de chefes onipotentes ou do carreirismo sórdido dos agrupamentos eleitorais, mas conceberam a luta política como a associação de homens que têm idéias e interesses sociais comuns, pelos quais desejam combater permanentemente, nas eleições e fora delas, e por isso, permaneceram um tanto distanciados da realidade — da triste reali-

dade — apresentada pela grande maioria dos demais partidos políticos.

À medida, porém, que o espírito associativo de nosso povo for se desenvolvendo, — e acreditamos que esse desenvolvimento se dará, apesar de todo o esforço em contrário desenvolvido pelo sr. Dutra, com seu governo e sua polícia, de um lado, e de outro pela crise e a miséria crescentes — iremos ampliando com intensidade cada vez maior os quadros do nosso Partido, impondo a sua força poderosa, rompendo a posição de quase-elite em que nos colocaram as circunstâncias. Porque, na verdade, enquanto subsistir o regime democrático, embora precário e mal consolidado sob que vivemos, o fator adverso mais sério com que o Partido Socialista tem de se haver é essa falta de espírito associativo em nosso meio. No mais, o futuro só pode trabalhar por um rápido desenvolvimento do Partido Socialista, pois os demais partidos se estafaram pela falta de conteúdo ou se desmoralizaram e atrofiaram, como expressões políticas de uma burguesia incapaz de impor-se moral e idealogicamente perante as massas populares como uma classe propulsora do progresso do país e da prosperidade geral.

ANTONIO COSTA CORRÊA

Secretaria de Arregimentação

Do "Boletim Socialista" editado pelos companheiros do Distrito Federal, reproduzimos a notícia que se segue, relativa aos trabalhos de arregimentação ali em andamento.

Pensamos que a mesma contém sugestões da maior interesse, dignas de serem aproveitadas pelos socialistas de S. Paulo:

"O Secretário de Arregimentação da Comissão do Distrito Federal, depois de ultimada a constituição de sua secretaria que dispõe de um grupo entusiasta e eficiente de militantes, vem desenvolvendo os maiores esforços no sentido de reestruturar os bases do Partido nesta Capital, visando dur-lhe mais organização, e estabelecer, simultaneamente, condições para o seu crescimento através de um amplo trabalho de proselitismo e arregimentação.

Além de reuniões com os dirigentes dos grupos de residência, já iniciadas, com sucesso, no dia 19 de fevereiro — quando compareceram à sede do Partido as direções dos grupos de Engenho Novo, Urca, Riachuelo, Olaria, Engenho Velho, Catete, Leblon, Flamengo, Centro, Tijuca, Leme, Botafogo, Jardim Botânica e Vila Isabel —, e que serão realizados mensalmente, a Secretaria de Arregimentação está promovendo a reorganização de diver-

sos órgãos de base e a criação de novas em todos os bairros da Capital. Dentro de poucos dias será inaugurado o grupo da Lagoa, com sede no Marro da Catacumba, onde já contamos com elementos experientes e numerosos.

Deverão, também, constituir-se brevemente novos grupos, dentre os quais citamos o de Santa Tereza, alguns na zona da Leopoldina (Bonsucesso, Coscatinha, etc.) e possivelmente o de Realengo.

Com o objetivo de formar líderes e ativistas esclarecidos e conscientes, o Secretário de Arregimentação vem se reunindo, todas as sextas-feiras, com um vibrante grupo de militantes, constituído de representantes de todas as classes — operários, estudantes, médicos, advogados, enfermeiros, marítimos, etc. —, dos quais será lícito esperar um trabalho partidário da maior qualidade e envergadura. Esse grupo, que vem sendo prestigiado pela presença da companheira Osório Borba, secretário-geral, interino, da Comissão do Distrito Federal, bravo jornalista da resistência à ditadura estadonovista e representante do nosso Partido na Câmara do Distrito Federal, — tomou o si a realização de reuniões plenárias destinadas a discutir, com a presença de membros do P.S.B. e de elementos a ele não fi-

liados, o problema da participação do trabalhador nos lucros da empresa. As duas reuniões já efetuadas foram coroadas de pleno êxito, devendo realizar-se a terceira no dia dez (10) do corrente, quarta-feira, na sede do Partido, às 8,30 da noite. Entretanto, serão feitas por esse grupo, alguns "comandos" em firmas comerciais e industriais, em empresas de navegação, ferroviárias, etc., como meio para auscultar, a respeito daquele assunto, a opinião de empregados e empregadores. O material arrecadado, depois de convenientemente selecionado, será submetido a estudos e encaminhado aos órgãos dirigentes do Partido e aos seus deputados e vereadores.

Outro aspecto fundamental das atividades da Secretaria de Arregimentação é o que se relaciona com as visitas aos marros, às favelas e aos bairros mais distantes. Essas visitas, que vêm sendo feitas aos sábados e domingos, são realizadas por "comandos" integrados pelos companheiros cujos nomes publicaremos na próxima edição deste Boletim. Esses "comandos" já percorreram as favelas do "Pau Fincado", da "Ilha Seca" e do "Marro da Tuíui", em São Cristóvão; da "Cotacumba" — Vila Japão — e outras na Lagoa Rodrigo de Freitas, da "Alegria", da "Arrelia" e da "Saúde", no Marro do Andaraí, promovendo, em todos esses lugares, amplos inquéritos sobre os problemas e as necessidades mais urgentes dos respectivos moradores. No último domingo, 29 de fevereiro, a visita foi feita ao subúrbio de Realengo, em ótimos resultados.

Outras medidas de mobilização, proselitismo e arregimentação estão sendo executadas ou planejadas pela Secretaria de Arregimentação, sempre com o objetivo de dinamizar os nossos quadros e enriquecê-los de novos elementos, para o contínuo engrandecimento do nosso Partido.

BALANCETE DA TESOURARIA DA COMISSÃO MUNICIPAL DA CAPITAL REFERENTE AOS TRÊS PRIMEIROS MESES DE 1948

| | Cr. S |
|--|----------|
| Saldo dos meses anteriores a transportar para o mês de abril | 2.713,70 |
| Contribuições recebidas em Março | 4.777,00 |
| Comissão paga ao cobrador, 20% sobre 4.777,00 | 955,40 |
| Pago ordenado ao zelador da sede | 800,00 |
| Pago à Companhia Telefônica | 170,50 |
| Pago à Rádio América, p. c. | 2.000,00 |
| A Balanço | 3.546,80 |
| | 7.490,70 |
| | 7.490,70 |
| EM CAIXA EM 1.º DE ABRIL | 3.564,80 |
| Contas a pagar: | |
| Irmãos Dupont | 4.313,50 |
| Rádio América | 3.000,00 |

São Paulo, 1.º de Abril de 1948

J. Cardoso Máximo — Tes. Geral — Com. Municip.

Regimento Interno da C. Municipal da Capital

A Comissão Municipal de São Paulo comunica que já se encontram na secretaria exemplares do Regimento Interno aprovado para o município de São Paulo, na assembléa de 19 de Janeiro, à disposição dos membros do Partido interessados. Pede, também, a todos os membros que se inteirem das disposições contidas no Regimento, afim de tomarem conhecimento da estrutura e funcionamento dos órgãos de base do Partido nesta Capital, em seus pormenores.

FORÇAS CONSERVADORAS CONTRA FORÇAS DEMAGÓGICAS

(Conclusão da 1.a pag.)

se o personalismo, isto é, o sistema pelo qual os representantes dos interesses de uma minoria dominante decidem da vida do país, em função destes interesses, por meio de combinações pessoalmente forjadas.

No entanto, a vida moderna ia se instalando, por meio de uma série de fatores: substituição do trabalho escravo pelo colono, interferência crescente dos capitais estrangeiros, influência cultural das massas imigrantes, desenvolvimento da indústria. A economia capitalista ia, numa palavra, substituindo a economia meio patriarcal meio capitalista que caracterizou a nossa formação histórica.

A consequência dos fatores mencionados foi, antes de mais nada, a incorporação na vida moderna de recantos até então isolados e de classes aí postas à margem. O desenvolvimento da indústria exige a abertura de mercados; os mercados revelam novos produtos, criando necessidades novas no consumidor. As relações se tornam mais intensas, porque os antigos costumes vão cedendo lugar aos novos, e os indivíduos entram em novos contactos para comprar, vender, ver coisas novas. Ao isolamento da fazenda e das pequenas vilas, a industrialização opõe as vias de comunicação, as jardineiras, os cinemas. E por outro lado, os centros urbanos crescem bruscamente, com a necessidade da operários, funcionários e empregados de toda espécie. Forma-se uma corrente migratória dos campos para as cidades. Já não há mais zonas segregadas. No lugar do coronel, do doutor e de mais dois ou três que detinham o privilégio de ler jornais e viajar, grande número de pessoas de todas as classes surgem para o conhecimento da vida moderna. A Civilização das cidades penetra no campo alterando a estrutura tradicional das classes e o ritmo tradicional dos costumes.

O movimento revolucionário de 1930 exprime este estado de coisas. Significa uma exigência de reajustamento, com a liquidação do binômio fazendeiro — banqueiro, na orientação da vida política em benefício do binômio banqueiro-industrial. É a vitória da tendência urbana em nossa evolução moderna — vitória da cidade com sua indústria nascente, contra a fazenda e sua agricultura em crise.

De 1930 para cá, a industrialização tomou um ritmo intenso e o processo de urbanização veio a constituir o fenômeno econômico-social mais importante na vida do Estado. Por urbanização devemos entender não só o aumento de população das cidades e o aparecimento de novas cidades, como a difusão nas vilas, povoados, bairros e fazendas, dos produtos industriais, das maneiras de pensar e de viver características da vida nas cidades. Um fenômeno, portanto, mais importante pelo aspecto social do que pelo aspecto demográfico.

A crise daí resultante desaguou na ditadura getulista, que procurou contemporizar com a história, conciliando as forças antagonistas em choque. E a ditadura mascarou, de certo modo, por muito tempo, a principal consequência política da urbanização no Brasil, a saber, a incorporação à vida política de grandes massas até aí sem expressão. Durante longos decênios a burguesia brasileira conseguiu manter essas massas num estado de afastamento da vida moderna, graças à grande, à enorme diferença de cultura, que permitia praticamente ignorá-las. A política principiava de certo ni-

vel para cima; abaixo, a massa silenciosa e inexistente que não passava de ferramenta de produção. A queda da ditadura significou, para a burguesia atônita, a irrupção brusca, embora vagamente prevista, dessas forças desprezadas. Enraivecida ou desconsolada, a burguesia percebeu, nos eleições de dezembro de 1945, o fim da velha política controlada por ela.

A urbanização, acelerada pelo crescimento da indústria, trouxe ao plano da política as massas errantes e o primitivismo da vida rural e, ao mesmo tempo, libertou o pequeno-burguês da tradicional sujeição ao chefe. A burguesia dominante não sabe, e não pode, resolver o problema em benefício próprio; e apela atarantada para os velhos métodos — quer sob colorido conservador, como o PSD, quer sob colorido liberal, como a UDN. Surge, então, o velho recurso dos países sul-americanos nos momentos de crise: o caudilhismo. Desta vez, um caudilhismo enroupado de fórmulas novas, de tendência vagamente trabalhista com Getúlio e Borghi, de tendências pequeno-burguesas com Ademar de Barros. Na entanto, só os ingênuos não vêem que essas soluções são também soluções burguesas. A diferença está em que são soluções de novos setores da burguesia. Em 1889, a burguesia comercial, aliada à agricultura então moderna do café, fez a república para derubar a aristocracia dos plantadores de açúcar; depois de 1930, a burguesia industrial derrubou a burguesia cafeeira e comercial; atualmente, a burguesia dos industriais de guerra, dos novos ricos, e do câmbio negro procura tomar lugar ao lado dos industriais e comerciantes da primeira formada. E, como nos regimes burgueses, o governo é uma sociedade de auxílio mútuo entre privilegiados, os recém-chegados querem, a todo o custo, furar o cordão de isolamento e entrar para o círculo dos eleitos. Dai darem força à demagogia queremista e ademanista, que exploram a incandescência das massas semi-urbanizadas e o ressentimento do pequeno-burguês longamente controlado pelo chefe. No fundo, o caudilhismo demagógico resulta numa garantia da propriedade e do capital, do mesmo modo que o fascismo. Mais ainda: a demagogia é uma solução burguesa para controlar as massas recentemente incorporadas à vida política.

Por isso, é uma constante fatal da moderna política burguesa nos países atrasados como os da América Latina. Os grupos conservadores se horrorizam com ela como diante de uma revolução social; para o socialista, ela é apenas uma fase nova de adaptação da burguesia urbana às condições sociais brotadas da industrialização. O ademanismo e o queremismo, como o fascismo há alguns anos, são manifestações reacionárias que, pelo seu caráter aventureiro e improvisado, sabem exprimir melhor o caos que vai caracterizando o atual período de transformação. De um lado, procuram quebrar o predomínio da grande burguesia conservadora para substituí-la a canarinha voz dos novos-ricos e aventureiros brotados da especulação da guerra; de outro lado procuram abafar e corromper o impulso renovador da massa operária e pequeno-burguesa por meio da agitação demagógica que dá vazão às energias sem visar nenhum alvo de renovação. O ódio dos partidos conservadores e liberais contra Ademar vem da ameaça à tranquilidade com que, até agora, puderam ter o monopólio das concessões e dos negociatos.

A Revolução de 1848 no mundo de Metternich

Revolução de 1848 ou revoluções de 1848? Eis um problema. Quando cem anos se passaram desde que a Europa foi ensanguentada por uma enorme vaga revolucionária que por um momento, a ameaça de subversão da velha ordem social, o mundo pode desapixonadamente comemorar um dos acontecimentos mais importantes do século XIX.

A propósito dos sucessos de 1848 sobretudo nos meios socialistas circulam idéias que não são de todo certas. E também entre historiadores. Os enganos resultam principalmente da suposição de que tudo aconteceu na França, quando, em verdade, a tempestade revolucionária varreu quase toda a Europa como se houvesse uma vasta conspiração internacional. A França, a Itália, a Áustria, a Alemanha, a Hungria, a Polónia e mesmo a pacífica Inglaterra foram contagiadas pelo vírus da revolução. Em toda a parte a revolução teve um destino melancólico como se fora um tratamento precoce, antecipado, em extremo violento para um organismo ainda imaturo que, em vez de ser curado pelo remédio drástico experimentado, adquiriu uma longa e desastrosa alergia ao tratamento.

A luta de 48 não foi um fenômeno puramente francês. Paris foi apenas o recanto mais dramático do enorme palco da revolução e graças ao prestígio moral e intelectual do França desde 1789 no mundo político, seus acontecimentos e suas idéias

se difundiram com mais vigor. De fato, o melhor balcão para a apreciação daqueles meses perturbados é Viena, porque a revolução austríaca, enquanto mais breve e menos rica de conteúdo social e mesmo de consequências, resume o instante histórico vivido pelo mundo europeu. A Áustria, graças a Metternich, alma da Santa Aliança e da política anti-revolucionária de intervenção, era a fortaleza do absolutismo e da reação desde 1815. Centro de calcificação reacionária, sede de um enorme império do Mediterrâneo ao Báltico, ligação entre a Europa Oriental e a Ocidental, a Áustria funcionou como centro de gravidade da crise europeia. A atmosfera policial do império, impermeável à penetração da ideologia revolucionária da Revolução Francesa, cega ao despertar das nacionalidades contrafeitas que sufocavam dentro da estufa imperial entre os húngaros, os checos ou os italianos do norte e surda aos reclamos das populações cansadas de absolutismo e revoltadas contra uma aristocracia formalista e vazia e de uma administração lerda e voraz, funcionava como um termómetro da Europa. A notícia da revolução parisiense fez explodir as minas revolucionárias que a opressão política e a crise econômica tinham armado. Na Hungria de Kossuth, na Boémia e finalmente em Viena, o povo reclamou de armas na mão reformas políticas, derrubando Metternich e sobressaltando

compenetrar de que esta poderá defender-lhe certas posições com maior eficiência.

Nesta luta da 1.a com a 3.a força reacionária, não há escolher. E rejeitá-la como prejudicial aos interesses do povo. Se o socialismo brasileiro se houvesse desenvolvido fora dos moldes bolcheviques, que visavam a predominar, teria sido possível assegurar a democracia, aprofundando-a num sentido popular. No entanto, as massas conquistadas aqui pelo comunismo foram orientadas, também, para uma espécie de caudilhismo demagógico — como na Iugoslávia e na Albânia — se afastaram, deste modo, do caminho que permitia superar harmoniosamente o atual estado de coisas. O que nos resta, portanto, é denunciar as tentativas contra a democracia, que poderão partir tanto dos burgueses conservadores, quanto do ademanismo e do comunismo. Todos marcharão alegremente para a ditadura anti-democrática, contanto que ela seja a que cada um deles imagina para assegurar o seu domínio. Do desenvolvimento do Partido Socialista Brasileiro depende a politização efetiva e democrática das massas ainda informes do proletariado e da pequena-burguesia. O nosso poder de atração sobre os elementos radicais e populares dos partidos liberais, sobre os elementos de vocação socialista mal colocados nos partidos trabalhistas demagógicos e nos filieiros comunistas, depende da firmeza com que mantivermos a independência da nossa posição e denunciarmos o afastamento dos atuais partidos em relação à linha do nosso desenvolvimento histórico-social. Esta linha é a do socialismo democrático, anti-golpista, anti-opportunista e adversário implacável das manobras reacionárias, quer venham da reação burguesa enfeitada de fórmulas jurídicas, quer da reação demagógica, enfeitada de um radicalismo enganador. O PSB é contrário a qualquer interferência na atual conjuntura política do Estado que não esteja rigorosamente de acordo com os princípios da Constituição.

A Comissão Estadual de São Paulo do Partido Socialista Brasileiro

os Habsburgos. Eram rebeliões liberais e nacionais. Todavia, a fidelidade de um exército de esqueleto aristocrático bem mandado por Schwarzenberg permitiu a reação brutal com a colaboração do Tsar Nicolau I, da Rússia. As conquistas efêmeras da revolução foram demolidas e uma política intolerante de centralização acabou de liquidar os velados revolucionários. Liquidar, digo mal; adiar seria melhor. Na Alemanha, a revolução foi nacional, unificadora e democrática ao mesmo tempo. Enquanto na Áustria o movimento procurava dissociar nacionalidades heterogêneas, na Alemanha, o nacionalismo tendia a soldar elementos homogêneos artificialmente separados pelos resíduos de feudalismo. Da sul, a revolução se alastrou até Berlim, na Prússia exigindo parlamento e constituição. O Parlamento de Frankfurt devia prefigurar a Alemanha, enquanto na Prússia uma assembleia nacional discutia uma constituição. Ainda aqui, a vitória foi curta. Frederico Guilherme IV da Prússia, que se fingia liberal, assim que soube do insucesso da revolução vienense, usando também o exército como força de reação, dissolveu a assembleia prussiana. Para conter a popularidade entre os rebeldes alemães preparando a futura unificação em torno da Prússia, promulgou uma constituição, a de 1850, no qual o poder real preponderava fortemente. O Parlamento de Frankfurt que preparava uma Alemanha democrática com uma constituição federal, apanhado entre a reação de Berlim e a reação de Viena, incapaz de explorar a rivalidade entre a Áustria e a Prússia, dissolveu-se ingloriamente depois de frustrar tentativas revolucionárias. A Áustria venceu na Alemanha também, embora as violências austríacas tenham acabado de alienar quaisquer simpatias, deixando os povos vencidos a espera de uma revanche. Também na Itália a Áustria desempenhou papel decisivo. Na ocupação austríaca estava sempre vivo o espírito da reação ao qual convinha a divisão da Itália oprimida. Para os revolucionários italianos o problema era afastar os austríacos e com isso isolou os edifícios absolutistas que eles sustentavam e chegar à unificação por via liberal. No movimento do Risorgimento que preparava espiritualmente a revolução, as tendências eram contraditórias entre a república na fórmula de Mazzini, o governo liberal pontifical de Pio IX proposto por Gioberti ou a monarquia com o rei da Sardenha recomendada por Balbo e preparada por Cavour. Quando Pio IX e Carlos Alberto de Sardenha consentiram em reformas liberais, a revolução começou antes das agitações de Paris, em Nápoles. Os governantes cederam constituições. A notícia da fuga de Metternich em Viena animou a revolução italiana que penetrou nos domínios da Áustria. A revolução se transformou em guerra nacional contra a Áustria sob a direção de Carlos Alberto. Quando o nobre rei derrotado em Custozza e Novara por Radezky abdicou, o republicanismismo, decepcionado também por Pio IX, ganhou vigor e a república foi proclamada em Roma e Florença. A intervenção francesa a favor do Papa ordenada por Luis Napoleão em 1849 em Roma, fez o jogo da reação. A intervenção austríaca permitiu que ela fosse terrel por toda a parte, principalmente no reino das Duas Sicílias e nos domínios lombardo-venezianos da Áustria, só escapando o reino da Sardenha onde Vitor Emanuel permanecia fiel aos juramentos do pai, garantindo para a Casa de Savóia o simpatia dos patriotas. A reação

(Conclue na 7.a pag.)

NOTÍCIAS DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

COMISSÃO EXECUTIVA MUNICIPAL DE S. PAULO

Em sua reunião plenária de 6 de abril último, a Comissão Municipal de São Paulo procedeu à reestruturação da Comissão Executiva, ficando esta assim constituída: Presidente: Fúlvio Abramo; Secretário geral: Antônio Costa Corrêa; secretário: Sofia Campos Teixeira; tesoureiro — Máximo Cardoso; sec. de arrecimação — Hozair Mota Marcondes; sec. de propaganda — João Genari; sec. sindical — Geraldo Campos de Oliveira; sec. de finanças — Antônio de Souza; sec. de assistência e educação — Aziz Matias Simão. Os demais membros da Comissão Municipal, sem cargos na Comissão Executiva são os companheiros: Emiliano Nóbrega, João Ferreira de Castilho Neto, Poncio Gonçalves, Cardinval Novais Almada, Antônio de Cilo Neto e Antônio da Costa Martins.

NA CAPITAL

Novos membros — Entre a 2.ª quinzena de março e a 1.ª de abril ingressaram para o partido, na capital, 11 novos membros.

Grupo Profissional n.º 1 — Está assim constituída a nova direção desse grupo (jornalistas, escritores e artistas): presidente, Mário Neme; secretário, José Fontenele; tesoureiro, Lourdes Machado.

Distrital da Lapa — Os companheiros residentes na Lapa, Vila Pompéia, Perdizes e Pacaembu estão sendo convocados pela secretaria de Arrecimação para reestruturação do Grupo Distrital da Lapa.

Distrital da Bela Vista — Esse grupo aprovou o projeto de lei de criação da colônia de férias para servidores municipais, com pequenas modificações. O grupo resolveu en-

carregar-se da distribuição de 5.000 selos e 3.000 volantes.

Distrital de Pinheiros — Este grupo pasará a se reunir às 2.ª feiras, alternadamente — uma segunda-feira sim, outra não, no mesmo local e hora. Em sua última reunião, resolveu o grupo distribuir 50 exemplares de cada número da "Folha Socialista". Será redigido um boletim sobre questões do bairro, a ser distribuído juntamente com o material de propaganda do partido.

Distrital do Centro — Eleito o companheiro Jurandir Leite Campos para tesoureiro do grupo. Aprovada uma proposta no sentido de ser encaminhada ao vereador do partido na capital uma sugestão no sentido de ser dado o nome do professor Antônio Pizarolo para uma rua de S. Paulo.

ASSISTENCIA JURIDICA DO P.S.B. A PROFESSORES E A JORNALISTAS

A comissão municipal do Partido Socialista Brasileiro, considerando que a Delegacia Regional do Imposto de Renda pretende efetivar a cobrança do imposto de renda de jornalistas, autores e professores, em conformidade com portaria do ministro da Fazenda; e considerando que essa pretensão atenta contra disposições do artigo 203 da Constituição Federal, resolveu manter, em sua sede, à praça da Sé, 237, 2.º andar, diariamente, das 16 às 17 horas, uma pessoa a fim de prestar aos interessados todos os esclarecimentos sobre o preenchimento de formulários do imposto de renda. Igualmente, presta-á queles profissionais a devida assistência jurídica, para defesa administrativa ou judicial contra a cobrança indevida do imposto de renda.

Além dos companheiros cujos nomes já foram publicados em nosso número anterior e que prontificam a dar assistência jurídica aos membros do partido, mais dois advogados prontificaram-se a prestar o mesmo serviço: Plínio Gomes de Melo e Moysés Gikovate.

CURSO DE GEOGRAFIA HUMANA

Sob o patrocínio do Grupo do Centro, o companheiro Professor Moysés Gikovate está dando às segundas-feiras, às 21 horas, na sede do P.S.B., à Praça da Sé, 237, 2.º andar, um Curso de Geografia Humana.

O Grupo convida para assistirem às aulas deste curso, em que serão expostas, de maneira clara e acessível, as conquistas mais atuais da Geografia Humana, todos os militantes e simpatizantes do socialismo.

NOS ESTADOS

NA PARAIBA

A secção paraibana do PSB, uma das mais recentemente organizadas, vem de obter importantes êxitos nas eleições municipais daquele Estado. Em João Pessoa foi eleito vereador o companheiro José Clemente de Oliveira, deixando uma sobra de mais de 1.000 votos. Em Campina Grande, enfrentando poderosas coligações adversárias, e concorrendo sem aliança com qualquer partido ou grupo, o P.S.B. obteve 2.600 votos, elegendo o companheiro João Cavalcanti Pedrosa e deixando, por poucos votos, de conquistar uma segunda cadeira. Finalmente, em Mamanguape, onde nos haviam faltado apenas 8 votos para eleger um de nossos candidatos, conseguimos, nas eleições suplementares, cobrir largamente essa diferença, fazendo também ali um vereador.

NO ESTADO DO RIO

No município industrial de Campos, o nosso candidato a Prefeitura, companheiro João Rodrigues de Oliveira, obteve 6.700 votos, sem aliança com qualquer outro partido, contra 11.000 e 10.000 votos alcançados pelos candidatos do PSD e da UDN, apoiados por comunistas, integralistas, a Loepoldina, etc. Elegemos ali dois vereadores, companheiros Gentil de Castro Faria e Nelson Martins. Em Campos circula a "Folha do Povo", diário dirigido pelo companheiro João Rodrigues de Oliveira.

NO DISTRITO FEDERAL

O P.S.B. empenha-se presentemente na instalação de dois ambulatórios, na Gávea e na Tijuca, estando, para isso, procurando levantar os fundos necessários. — Estão sendo desenvolvidos esforços para a organização da Biblioteca do Partido. Procura-se criar igualmente o clube do livro a fim de angariar fundos para ampliação da biblioteca e obter uma nova fonte de renda para o partido.—Foi iniciado um curso de alfabetização de adultos, dado pela companheira Orlandina Mitke.

Está anunciado um curso de Geografia Econômica, a ser dado pelo companheira Maria Luiza Bittencourt. Tendo terminado, com grande êxito, o curso de Estatística dado pelo companheiro Bayard Boiteux, será o mesmo reiniciado.

EM GOIÁS

Em Catalão o P.S.B. elegeu o prefeito João Neto de Campos e 5 vereadores, dos 11 que constituem a câmara municipal. Catalão é o segundo município do Estado. — Em Anápolis elegemos dois vereadores, João Luiz de Oliveira e Jorge Saionum.—Em Anicuns elegemos um vereador. — Em Iperameri elegemos 3 vereadores. — Em Trindade elegemos um vereador — Em Araguacema elegemos o Prefeito, João Reis e a maioria (5) da Câmara Municipal.

NO RIO GRANDE DO NORTE

Dos dois candidatos que o PSB indicou à chapa das oposições coligadas em Natal — as quais elegeram a maioria da Câmara Municipal da capital — um foi eleito: é o advogado e jornalista Raimundo Nonato Fernandes, fundador, ali, do nosso partido.

Primeira Convenção Estadual do Partido Socialista em Minas Gerais

Encerrou-se a 1ª Convenção Estadual do Partido Socialista Brasileiro, que reuniu na Capital numerosas delegadas do interior. Durante o dia de encerramento (24 de Março último) realizaram-se duas sessões, numa das quais se aprovou uma moção ao governador Milton Campos e se elegeram a nova Comissão Estadual e a nova Comissão Executiva Estadual do partido.

As 20 horas, sob a presidência do deputado João Mangabeira, presidente da Comissão Executiva Nacional, teve lugar a sessão solene de encerramento. O companheiro João Mangabeira declarou compassos dos novos dirigentes do P.S.B. em Minas, a saber: Comissão Estadual — Bernardino Machado de Lima, Luiz Carlos Aroca, Fernando Correia Dias, Gentil Americano do Sul, Hélio Pellegrino, Marco Aurélio de Moura Matos, Wilson Vidigal, Maria Aparécida Pina e Saus, Vicente Paiva Martins, Fernando Gehel, José Maria Rebelo, Edion Bonifácio Costa, Luiz Gonzaga Aroca, Alberto Miguel Farah, Paulo Leão, Enir Arceji, Givaldo Gusmão, Aluisio Nunes, Paulo Freire Maia, Jorge Paiva e Roberto Gusmão. Comissão Executiva Estadual — Presidente, Bernardino Machado de Lima; secretário geral, Fernando Correia Dias; secretário, Aluisio Nunes; tesoureiro, José Maria Rebelo; secretário de Propaganda, Edson Vidigal; secretário de arrecimação, Hélio Pellegrino; secretário de Finanças, Paulo Maia; secretário sindical, Wilson Vidigal; secretário de educação e assistência, Enir Arceji. Falaram a seguir os companheiros Marco Aurélio de Moura Matos, Bernardino Machado de Lima e Jair Leonardo Te-

pes que leu uma moção ao Governador Milton Campos. No mensagem o Partido Socialista Brasileiro obteve um crédito de confiança do Chefe do Executivo Mineiro, "por entender que ele cada vez mais avulta no cenário nacional, como um fator positivo de resistência às manobras da reação que têm por fim a subversão da ordem constitucional instaurada no país a 18 de setembro de 1946". A moção alinha nas considerações dos motivos que levaram o P.S.B. ao crédito de confiança ao sr. Milton Campos, inclusive "que o Plano de Recuperação Econômica e Familiar da Produção que se executa em Minas constitui em nosso Estado a primeira tentativa de uma ação administrativa intensa e coordenada". Encerrando a convenção, discursou o deputado João Mangabeira

SOROCABA

Esteve em visita à sede da Comissão Estadual do Partido, o ferroviário Versim de Almeida, membro do PSB em Sorocaba, que colheu nessa ocasião material de propaganda e exemplares da "Folha Socialista" para difusão naquela cidade.

O CAPITALISMO DEIXOU

BRASIL ASSIM

50-100

SALARIO CUSTO DE VIDA SÓ O SOCIALISMO RESOLVERÁ ESSE PROBLEMA

A MISSÃO DA JUVENTUDE SOCIALISTA

(Conclusão da 2.a pag.)

Da experiência daqueles "cruza-dos sem cruz" que já não têm energia suficiente para a grande luta que se deverá travar, e da combatividade e fidelidade ao ideal por parte de todos os jovens que ingressam para as fileiras do Socialismo, porque vêm nele a única saída decantada para a grave crise mundial, deverá resultar essa política e essa definição socialista. Lutar para que isso se dê o mais depressa possível, é o dever de todos os jovens que militam com o Socialismo.

OLIVEIROS S. FERREIRA

A Revolução de 1848 no mundo de Metternich

(Conclusão da 6.a pagina)

na Áustria alcançara a Itália também: se a revolução de Viena havia animado os revolucionários Italianos como Manini ou Garibaldi, a vitória da reação ao norte os havia deixado à mercê dos soldados austríacos.

As revoluções da Áustria, da Alemanha e da Itália haviam sido liberais e nacionais, estourando ao mesmo tempo como se obedecessem a um comando único. Por isso mesmo sua influência havia de ser mais restrita porque eram revoluções de povos absorvidos por problemas domésticos que só tinham alcance continental por serem comuns a vários povos. O segredo do sucesso histórico da revolução francesa estava no

carater universal de sua ideologia: mesmo procurando solucionar questões internas os revolucionários de Paris avançados ideologicamente sobre os demais povos e dispostos de maiores recursos de proselitismo formularam sua revolução em termos mais amplos. Nem unificação nacional nem o simples liberalismo da igualdade política dos cidadãos. A revolução parisiense de fevereiro de 48 e sobretudo a de junho de 48 aventava em termos político-revolucionários a questão social e propunha o problema da solução socialista em equação. A revolução na França era outra revolução. E' o que veremos.

EDUARDO FRANÇA

TIRAR OS SINDICATOS DO CATIVEIRO EM QUE SE ENCONTRAM

Declarações do companheiro João Mangabeira sobre o anteprojeto de lei de sua autoria

A propósito do projeto de lei de emergência que determina a realização de eleições nos sindicatos, dentro de trinta dias da sua promulgação, o deputado João Mangabeira presidente do Partido Socialista Brasileiro, fez as seguintes declarações à imprensa:

— "O projeto de lei sindical, ora em discussão numa das sub-comissões da Comissão de Leis Complementares, é complexo e por isto mesmo de marcha demorada. Urge porém, tirar os sindicatos do cativeiro em que se encontram, ocupados pelo governo que lhes nomeou interventores. Diversos sindicatos, nos quais há mais de 3 anos não se procedem as eleições se transformaram em repartições subalternas do Ministério do Trabalho. Não é possível tolerar tamanho abuso sob uma Constituição que assegura aos sindicatos liberdade e autonomia. O fato é que de há muitos anos os sindicatos não são nem livres nem autônomos, porque neles intervêm os sucessivos ministros do Trabalho, que os põem a serviço de sua política ou de sua politicagem. Por tudo isto apresenta-se este projeto, como providência urgente. Mas não bastam as eleições. É preciso que eles sejam livres, e livres de pressão, ao mesmo tempo, das claques dos partidos e dos agentes do governo. Por isto o projeto determina que as eleições se façam por voto secreto, no local do trabalho, em hora de serviço, colhidos os sufrágios por meios idôneos. E assegura aos marítimos e ferroviários, em viagens, o voto a bordo ou no trem. E para que as eleições sejam reais e representem de fato os profissionais, concede o voto aos analfabetos, embora não possam ser votados. Se pertencem à profissão, se estão quietes com a contribuição, evidente que devem ter o direito de participar da escolha de seus dirigentes".

Observou ainda o deputado socialista:

— "O projeto impede a malversão dos dinheiros sindicais, contra a qual se levanta o clamor público. A oposição contra o pagamento do imposto sindical não passa de um grito de protesto contra a dissipação de dinheiros pensamente ganhos e loucamente esbanjados."

Consultas sobre questões trabalhistas

No número anterior desta "Folha" publicamos comunicados sobre os serviços de assistência médica e jurídica já organizados pela Comissão Municipal do Partido, em São Paulo, para servir a todos os membros do Partido que necessitarem dessa assistência. Queremos, agora, chamar a atenção dos companheiros, especialmente dos trabalhadores socialistas, para o fato de que entre os advogados membros do Partido que prestarão assistência jurídica, há alguns com longa prática e especialização em questões trabalhistas. Esses companheiros atenderão gratuitamente qualquer membro do Partido que deseje consultas sobre questões trabalhistas, assim como patrocinarem causas na Justiça do Trabalho, gratuitamente ou mediante honorários módicos, conforme o caso.

Os membros do Partido interessados nesse particular poderão colher informações na sede, à Praça da Sé, 237, 2.º andar ou diretamente com a Comissão Municipal, às terças-feiras à noite, na mesma sede.

O "sagrado" direito de propriedade

Vários advogados desta Capital têm manifestado a opinião de que ultimamente, tem-se verificado, por parte dos juizes de S. Paulo, uma espécie de reação contra a lei do inquilinato que vem vigorando, com alterações sucessivas, desde agosto de 1942. Os despejos são concedidos com muita facilidade, a interpretação da lei, que antes era feita sempre em sentido favorável aos inquilinos, vem sendo feita ultimamente, em regra, a favor dos proprietários. Acreditamos que na verdade

existe essa "reação judicial". Reação conservadora (a maioria de nossos juizes é de homens conservadores) contra a invasão dos "sagrados" domínios da propriedade. Mas acontece que a lei de inquilinato é uma necessidade imperiosa. Necessidade decorrente das próprias exigências de estabilidade da sociedade burguesa, baseada no regime de propriedade privada dos meios de produção. O problema da moradia é um dos problemas para os quais a iniciativa privada, capitalista, não pode dar mais solução. E na crise surgida, pelo falta de solução do problema, as leis de proteção aos inquilinos representam um remédio. Embora não solucionem o problema da moradia, pelo menos contribuem para atenuá-lo, para diminuir as suas consequências desastrosas nas grandes cidades. Por isso, os juizes que reagem contra tais leis, por um excesso de conservadorismo, por não quererem admitir as restrições ao direito de propriedade impostos pela própria necessidade de preservar o regime capitalista de crises e convulsões violentas, estão exercendo

um mal, a sua intenção de defender o "sagrado" direito de propriedade. Estão, apenas, se colocando fora da realidade contemporânea e contribuindo para agravar as crises, as ameaças de choques violentos, as explosões de desespero das massas oprimidas e empobrecidas.

ASSINE A "FOLHA SOCIALISTA"

A assinatura de 12 números custa Cr\$ 20,00.

Remeta essa importância, em cheque ou vale postal nominal ao Sr. Febus Gikovate, Praça da Sé n.º 237, 2.º andar, São Paulo, indicando o seu nome e endereço.

Tome assinaturas da "Folha Socialista" para com elas presentear os seus amigos.

Ajude o jornal do Partido Socialista Brasileiro em São Paulo.

A Juventude Operária Católica apoia o projeto da Lei Sindical

Em declarações prestadas à imprensa do Rio, o sr. Francisco Tussini, presidente da Juventude Operária Católica, declarou que a entidade que dirige apoia o projeto do companheiro João Mangabeira, por considerá-lo um grande passo no sentido de que os trabalhadores reconquistem a direção de suas entidades de classe.

Atualmente, disse o presidente da J. O. C., os sindicatos são meros instrumentos do grupo ministerialista que procura por todos os meios impedir a reforma dessa lei fascista que é a "Consolidação das Leis do Trabalho", cópia da famigerada "Carta do Trabalho", feita em épocas idas, para pais fascista e para época fascista.

APOIO AO PROJETO

Se os trabalhadores pudessem manifestar-se livremente, não há a menor dúvida de que apoiariam em bloco, o projeto do sr. João Mangabeira, cujos opositores não são por convicção, mas apenas saudosistas que querem os sindicatos subordinados ao Ministério do Trabalho e, não raras vezes, à própria polícia política.

DEVEM LUTAR PELA APROVAÇÃO DO PROJETO

Entretanto, prossegue o sr. Francisco Tussini, se as entidades trabalhistas estão nas mãos do Ministério do Trabalho, não é motivo para que os trabalhadores se cale e deixem tudo correr ao sabor da vontade de seus inimigos. É necessário que se organizem, nas fábricas e em outros locais de trabalho, comissões de apoio ao projeto, e que essa luta se intensifique de dia para dia. Esse será o único meio de expressar-se a livre vontade do operariado, pois a Confederação e as Federações não têm base popular nem autoridade moral para falar em nome dos trabalhadores, já que não se sabe como elas se formaram nem como os sindicatos a elas aderiram. Não passam, esses organismos, de colmeia onde se penetram bafaladores, delatores e os traidores do proletariado ordeiro e patriota de nossos dias.

O NERVO DA QUESTÃO

Todos os argumentos de que se valem os que combatem o projeto, não conseguem esconder o verdadeiro motivo da oposição. Tudo gira em torno do parágrafo único do artigo 6 do referido trabalho, que trata da aplicação do fundo sindical e hora. Em sua última reunião, às longas viagens com grandes noitadas e boa mesa...

E concluindo. — O que é preciso, é difícil, é que os trabalhadores ministerialistas desenvolvam as suas mentalidades de acordo com o progresso político associativo de todos os trabalhadores de nossos dias.

TABELA DE PREÇOS DOS ANÚNCIOS EM "FOLHA SOCIALISTA"

| | Cr. S |
|---|----------|
| Uma página | 1.000,00 |
| Meia página | 600,00 |
| Um quarto de página | 400,00 |
| Para tamanhos menores: Por centímetro de coluna | 20,00 |

Os pedidos devem ser endereçados ao sr. Febus Gikovate, à Praça da Sé n.º 237, 2.º andar, fone 3-25-20.

RIO — O DEPUTADO JOÃO MANGABEIRA APRESENTOU À CÂMARA UM PROJETO DE LEI PARA A REALIZAÇÃO, NO MAIS BREVE PRAZO POSSÍVEL, DAS ELEIÇÕES SINDICAIS EM TODO O PAÍS. O PROJETO TEM O CARÁTER DE EMERGÊNCIA E VISA RESOLVER O IMPASSE CRIADO PELA DEMORA NA ELABORAÇÃO DA LEI SINDICAL EM CURSO NO CONGRESSO. O PROJETO ESTABELECE QUE AS ELEIÇÕES SINDICAIS SE REALIZARÃO UM MÊS APÓS A PUBLICAÇÃO DA LEI. O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL EXPEDIRÁ INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO EM TODO BRASIL DESSAS ELEIÇÕES.